



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

MARLENE BARRETO SANTOS MIRANDA

**OS SENTIDOS DAS DROGAS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA:
ECOS ENTRE OS JOVENS E A FAMÍLIA**

Salvador
2007

MARLENE BARRETO SANTOS MIRANDA

OS SENTIDOS DAS DROGAS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA:
ECOS ENTRE OS JOVENS E A FAMÍLIA

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: **Mary Garcia Castro**

Salvador
2007

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.
Setor de Cadastramento.

M672s Miranda, Marlene Barreto Santos
Os sentidos das drogas na sociedade contemporânea: ecos entre os jovens e a família / Marlene Barreto Santos. – Salvador: UCSal. Pós-Graduação, 2007.
100 p.

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito, para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.
Orientadora: Profª Drª Mary Garcia Castro.

Inclui bibliografia.

1. Drogas - Jovens - Família contemporânea. 2. Substâncias psicoativas - SPA - Imaginário - Mídia. 5. Família moderna -Transformações - Conflitos. 6. Dissertação. II.Universidade Católica do Salvador. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.III. Título.

CDU316.356.2:613.83(043.3)

MARLENE BARRETO SANTOS MIRANDA

OS SENTIDOS DAS DROGAS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA:
ECOS ENTRE OS JOVENS E A FAMÍLIA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Antônio Nery Alves Filho

Prof. José Euclimar Xavier de Menezes

Profa. Mary Garcia Castro
Orientadora

À minha avó, Nita, pessoa mais importante na minha vida, que infelizmente não pode participar desse momento por não estar mais entre nós, mas que vibrou com o seu início. Sua luz e seu amor me iluminarão e me guiarão para sempre.

Inicialmente agradeço a DEUS por ter me dado forças para iniciar e concluir mais esse projeto de vida.

Sinceros e especiais...

À minha orientadora e amiga, Prof. Dra. Mary Garcia Castro pelo constante incentivo, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade, interlocutora interessada em participar de minhas inquietações, co-autora em vários trechos desse trabalho, inclusive autora da pesquisa que utilizei nessa dissertação. Sua dedicação, seu amor à humanidade, sua sabedoria, sua simplicidade e seu exemplo de vida, estiveram sempre presentes, ensinando-me e incentivando-me desde os primeiros passos desta jornada. Seu incansável espírito investigativo e sua segurança foram decisivos para o meu crescimento como pesquisadora, minha eterna gratidão e admiração.

À Bruna e Andressa, meus projetos mais sublimes, que dão sentido à minha vida, eternos amores.

À Adriano, por sua imensurável capacidade de me fortalecer.

À minha mãe Dinalva por sempre ter me apoiado em todas as decisões da minha vida e por ter me possibilitado re-construir minha trajetória profissional, sem a sua ajuda eu não teria conseguido. Seu exemplo foi muito importante em minha vida, hoje consigo reconhecer que ser mãe e pai ao mesmo tempo não foi uma tarefa fácil e você conseguiu com muita dignidade.

À meu pai, Antonio Carlos (*in memoriam*), o maior amigo que já tive, levarei por toda a minha história um pedaço do seu ser dentro do meu próprio ser.

À meu tio Robson, pelos ensinamentos preciosos desde a minha infância, quando se descobriu pai.

À Antonio Carlos Junior, meu irmão, pelo estímulo e injeção de coragem em todos os momentos. Unidos como somos pelos laços sanguíneos, estaremos sempre unidos pelos laços da vida.

À minha cunhada Claudia e aos meus sobrinhos, Caio e Daniel, pelas presenças constantes na minha vida, incentivando sempre.

Ao amigo-orientador, Antonio Nery Filho, em especial, pela sua ajuda preciosa. Minha história continua sendo sempre influenciada pela sua, pelos ditos e lidos que tanto me encantam.

Ao meu amigo, professor e colaborador especial, Prof. Dr. José Euclimar Menezes pela convivência e discussão enriquecedoras, mesmo antes dessa jornada se iniciar.

À Rosete, grande amiga e companheira nos meus momentos acadêmicos, pelo esmero e dedicação na revisão e produção desse trabalho, cumprindo sempre tarefas de gincana. Muito obrigada por tudo!

A todos os professores do Curso de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea que tanto contribuíram para ampliar meus conhecimentos e conduziram com competência um processo de formação, concebendo a pesquisa como multidisciplinar e a serviço da sociedade.

À Geraldo, secretário do Mestrado, pela paciência, carinho e assistência na realização deste trabalho.

Aos meus demais familiares e amigos, por tudo: pelas reflexões, pelo companheirismo nas horas mais difíceis, pelo apoio fundamental, sem palavras...

Finalmente, a todos que eu não tenha mencionado e que direta ou indiretamente colaboraram na realização desta dissertação, a minha mais profunda gratidão e o meu muito obrigado por me possibilitarem uma experiência tão nobre e prazerosa que muito contribuiu para o meu crescimento enquanto ser humano e enquanto profissional.

Todo ensinar e todo aprender de um tipo intelectual procede de um conhecimento preexistente. Isto se torna evidente se nós estudarmos todos os casos: as ciências matemáticas são adquiridas dessa maneira e assim é com todas as artes. Do mesmo modo com argumentos, tanto dedutivos como indutivos: eles comunicam seu ensino através do que nós já sabemos, os primeiros assumindo pontos que nós já presumivelmente entendemos, os últimos provando algo universal, pois os casos específicos são evidentes. [...] Há dois modos segundo os quais nós já devemos ter algum conhecimento: de algumas coisas nós já devemos acreditar que elas existem, de outras, nós devemos compreender quais são os pontos sobre os quais se fala (e de algumas coisas, devemos saber ambos os casos). Por exemplo, do fato de que tudo é ou verdadeiramente afirmado ou negado, nós devemos acreditar que assim é; do triângulo, que ele significa isso; e da unidade, ambos (tanto o que ele significa, como o que ela é).

(Aristóteles, traduzido para o inglês por Jonathan Barres, 1994: 1).

RESUMO

Combina-se nesta dissertação ensaio reflexivo sobre o imaginário com relação às drogas e como esse debate sobre as famílias, considerando tais construtos na atualidade, o sentido de inseguranças, culpas e onipotências e o pouco investimento em compreender a juventude como rito de passagem, suas angústias e sentidos da fratria assim como da socialização por ethos contemporâneo de consumismo, individualismo e buscas. Insiste-se na proposta de estudiosos que as SPAs (substâncias psicoativas) conjugam histórias de vidas, ambiências e condicionamentos macro referenciados, contudo a tendência é redução no plano de senso comum de tais níveis analíticos como também da diversidade de usuários. Na dissertação após tais debates sobre imaginário, historiação sobre drogas, discursos competentes, especializados de diversas disciplinas, volta-se para o empírico, tendo como foco alunos dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio em Salvador procedendo a uma leitura própria de pesquisa realizada sobre o tema drogas e escola (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

Palavras-chave: Drogas, Substâncias Psicoativas, Imaginário, Família e Juventude

ABSTRACT

The present dissertation is both a reflexive essay on the imagery involving drugs and how it affects families, considering such constructs nowadays, the sense of insecurity, guilt and omnipotence, and the little investment in the understanding of youth as an initiation rite, their anguish and sense not only of brotherhood but also of socialization through the contemporary ethos of consumption, individualism and search. This study insists on some scholars' proposal that the psychoactive substances (PAS) link life history, ambiance, macro-referred conditioning; however, the tendency is that of reducing, on a commonsense plane, these analytic levels as well as the diversity of users. After the debates about imagery, drugs history writing, competent specialized discourses from varied subjects, this dissertation turns to the empirical, focusing on last years' students of elementary and high school in Salvador, rendering its own reading of research carried out on the theme drugs and school (CASTRO and ABRAMOVAY, 2002).

Keywords: Drugs, Psychoactive Substances, Imagery, Families and Youth.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
METODOLOGIA	16
1 BREVE HISTÓRICO SOBRE AS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, E ALGUNS CONCEITOS DESTE CAMPO	20
1.1 Introdução	20
1.2. Dos Primórdios ao Início do Século XIX.....	21
1.3 Alguns conceitos básicos.....	25
1.4 Do século XIX ao XXI.....	28
2 FAMÍLIA MODERNA: TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS	34
3 O IMPACTO DO CONCEITO DE IMAGINÁRIO NA CONTEMPORANEIDADE.....	40
3.1 Construção da subjetividade e substâncias psicoativas	46
3.2 Substâncias psicoativas e senso comum	48
3.3 Imaginário, Substâncias Psicoativas e Mídia	52
3.4 Sentidos das substâncias psicoativas para os jovens.....	56
4. A PESQUISA	61
4.1 As relações na família.....	62
4.2 Um olhar de dentro da escola.....	64
4.3 O jovem e as spa lícitas.....	66
4.4 Os Jovens e as drogas ilícitas	74
4.5 O meio familiar e o uso da droga.....	75
5. A LITERATURA E O COTIDIANO: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES	78
ANEXOS	83
REFERÊNCIAS.....	96

APRESENTAÇÃO

O empenho de desenvolver esta pesquisa nasceu como fruto de experiência desenvolvida por esta profissional no Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD/UFBA, em Salvador/Bahia, há mais de dez anos, trabalhando com crianças, adolescentes, adultos e suas respectivas famílias que convivem e/ou conviveram com a questão das substâncias psicoativas.

O tema - drogas, sentidos atuais e como jovens e seus pais são enredados em tais sentidos – é, nesta dissertação, desenvolvido por caminhos metodológicos que se entrelaçam, mas que não necessariamente se ajustam, por encaixes lineares, já que se aproveita de fontes diferenciadas. Toda a sua elaboração está mediada por vários saberes que perpassam a trajetória desta profissional.

Dando ênfase à tese de que as discussões sobre drogas são historicamente construídas por sentidos culturais que escapam aos atores diretamente envolvidos, como os jovens e seus pais, recorre-se, numa primeira parte, a uma literatura que retrata sentidos culturais ou “coletivizados” das drogas hoje discutindo temas como produção do imaginário social, apelos ao consumo, à moda, ao gregarismo e à individuação, ressaltando singularizações de subjetividade.

Nesta abordagem, busca-se descrever a representação social construída pela família de classe média no que tange às substâncias psicoativas. Esta representação familiar transpassa o campo individual e singular, construindo um imaginário coletivo. Ao se esclarecer as terminologias drogas e substâncias psicoativas, bem como a sua relação cultural e social, poder-se-á propiciar modos de compartilhar conceitos, reconhecendo os diferentes níveis de realidade, ultrapassando o território do estigmatizado para, assim, elucidar como se relacionam as famílias e os usuários dessas substâncias, percebendo que lugar ocupam as substâncias psicoativas para o usuário, bem como de que forma se reorganizam as relações familiares em torno desta questão.

Para já introduzirmos o tema, podemos afirmar que, em poucas épocas da nossa história as substâncias psicoativas ocuparam um lugar tão importante, no cotidiano de vida da sociedade, considerando o tempo que a televisão e os jornais lhe dedicam diariamente em seus noticiários e artigos. O que aparece com mais frequência é a repressão, na forma de registros da ação policial, do narcotráfico, de mortes por “overdose” ou crimes cometidos sob a suspeição de inspiração pelas drogas.

Falar sobre drogas virou um modismo, compartilhado por amplas faixas da sociedade, inclusive as autoridades que teriam como tarefa estabelecer programas racionais para o tráfico de drogas ilícitas, para a prevenção do consumo na população, em particular jovem, e para o tratamento de usuários dependentes. Este modismo, no entanto, é profundamente contraproducente para uma abordagem pertinente da questão, visto que os sensacionalismos e dramatizações exageradas, ou ainda os apelos emocionais ou moralistas, apresentam um panorama distorcido e até caricatural que não se coaduna com a realidade deste consumo na sociedade brasileira.

A dinâmica do consumo e as formas mutáveis de como a economia das drogas se organiza, fazem com que o “problema das drogas” precise estar sendo reconsiderado sempre, eliminando a visão simplista de que se trata de uma mesma coisa que persiste apesar de tudo, e esse tudo compreende a ação legal, o discurso moral e as formas de atendimento aos usuários.

Estamos novamente diante de respostas positivas e, assim, elas nos conduzem à atitude de evitar os reducionismos que tendem a fazer equivalências entre consumidores e drogas e mascarar a realidade, tornando o consumidor um tipo estigmatizado, idealizado como um ser fraco, doente, e a droga como uma força poderosa e insinuante a corromper as pessoas, omitindo interesses políticos e econômicos no plano da produção, distribuição e disseminação das drogas e as bases existenciais para a cultura das drogas – como angústias, buscas de prazer, modismo, rito de passagem e outros sentidos. Assim, segundo Velho (1994, p.88)

“Todas as tentativas de explicações genéricas, baseadas em premissas fisiológicas, tenderam a ficar no nível da rotulação e da estigmatização. Seria por outro lado, ingênuo ignorar que o uso de drogas por diferentes grupos só é possível nas nossas circunstâncias sócio-históricas, a partir da existência de redes nacionais e internacionais que expressam interesses políticos e

econômicos. Assim, o fenômeno cultural apresenta a sua inevitável dimensão de poder.”

O mercado ilegal tem sua forma própria, suas regras, que são sempre mais rígidas do que aquelas que regulam as relações de consumo na sociedade aberta do mercado informal. A lei da oferta e da procura distingue os diversos tipos de consumidores a partir das suas capacidades aquisitivas e de seus gostos. Drogas diferentes correspondem também a preços diferentes, mas a sociedade pode impor, como uma moda, ou espírito de época, um gosto democratizado. O fato é que o mercado está sempre apto a atender ao gosto, dado pelo tipo de consumo. Portanto, diferentes consumidores têm diferentes acessos a diferentes produtos; a agilidade da economia das drogas oferta diferentes substâncias, em natureza e qualidade, para atender à demanda existente.

Assim, espero que o presente estudo possa contribuir para a compreensão de construtos de um imaginário e como se modelam racionalizações, idealizações e transferências, ou seja, as representações sociais sobre as drogas, sendo importante para compreendermos como a família se vê afetada e participa de mitos e construções sobre o tema.

Para tanto, apela-se na primeira parte desta dissertação para o gênero ensaio, apoiando-se em textos e trabalhos de distintas disciplinas. Também via exploração bibliográfica, sumarizam-se referências aos principais termos utilizados nessa dissertação, com exemplos e classificação de algumas substâncias psicoativas, breve histórico do uso de drogas e debates sobre dependência, tolerância e classificação dos usuários.

Em uma segunda parte se pretende dar chão ao verbo, re-acessando material coletado para outra pesquisa (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002) que analisou representações de jovens alunos do ensino médio, professores e pais de escolas públicas e privadas de 14 capitais brasileiras, com maior ênfase no lugar da escola, por entrevistas e grupos focais e perfilhou por análise estatística, características. Nesta dissertação, destacamos o lugar de Salvador.

Do estudo de Castro e Abramovay (2002), considerando representações de pais e alunos, desenvolvemos considerações, re-visitando discussões apresentadas na primeira parte, para mais ilustrar o que indicamos como ambiências culturais que

envolvem a família, configurando medos, culpas, receios de papéis de autoridade não exercidos, imaginário sobre drogas.

No Capítulo *Metodologia*, apresenta-se a proposta metodológica que é adotada no trabalho, enfocando ainda, em linhas gerais, as diretrizes metodológicas adotadas pela pesquisa que resultou na obra *Drogas nas Escolas*, de Mary Castro e Miriam Abramovay, de 2002, que oferece as bases para a segunda parte da dissertação.

O segundo Capítulo – *Breve Histórico sobre as Substâncias Psicoativas e Alguns Conceitos deste Campo* – desenvolve-se traçando um amplo panorama histórico da presença de substâncias psicoativas desde as mais antigas civilizações, sua utilização seja como elemento de rituais religiosos ou sacros, seja como substâncias de efeito medicinal, como auxiliares na busca do prazer ou, ainda, como estratégia de dominação e de promover alienação política. Neste capítulo, também, estabelece-se a definição de termos a serem utilizados ao longo do trabalho, evitando o lugar comum no tratamento do fenômeno que se estuda.

O terceiro Capítulo é denominado *Família Moderna: Transformações e Conflitos*. Nele, tratamos desta instituição que, não raro, é vista como se fosse imutável, natural. Sua historicidade e suas transformações e diversidade de conceituações são, então, resgatadas, com o objetivo de situá-la na nossa sociedade que combina relações e referências tradicionais, modernas e pós-modernas.

No quarto Capítulo, chamado *O Impacto do Conceito de Imaginário na Contemporaneidade*, a discussão, mais teórica, busca subsídios para construir essa conceituação. A partir deste referencial, busca-se identificar como este imaginário lida com a questão das substâncias psicoativas, inclusive no que diz respeito à mídia, e, principalmente como esta relação se estabelece com e pelos jovens.

A Segunda Parte da Dissertação – *Imaginário de Jovens e Seus Pais Sobre Drogas – Ecos do Empírico* – começa com o quinto Capítulo, *A Pesquisa*, o qual apresenta os dados colhidos no trabalho *Drogas nas Escolas* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002). Estão ali os dados e também falas de jovens, de seus pais e de representantes do corpo técnico-pedagógico de escolas, a respeito das relações intra-familiares; de como a escola vê a família, os pais e os jovens; de como os

jovens e seus pais se relacionam com diversas SPAs (substâncias psicoativas) lícitas e ilícitas.

Para finalizar, no sexto Capítulo, que é chamado *A Literatura e o Cotidiano: Permanências e Transformações*, busca-se alcançar algumas indicações de como a situação pode ser vista hoje, sua realidade, buscando encontrar formas de intervenção mais conseqüentes para contribuir com uma realidade mais construtiva, principalmente para o jovem, hoje tantas vezes ainda adolescente, mesmo que lhe seja cobrado o comportamento adulto.

METODOLOGIA

Dois caminhos expositivos são seguidos na dissertação, apelando-se para formatações metodológicas específicas. Em um primeiro caminho, procede-se a revisão de literatura que aborda diversos tópicos relacionados ao tema, tais como substâncias psicoativas, família, imaginário social e juventude, que, entrelaçados, levam à configuração do modelo de reflexão que se pretende, qual seja, identificar construtos que, no imaginário social, dão substrato ao que se percebe sobre drogas, o que é mais explorado empiricamente na segunda parte da dissertação quando se utiliza, para a análise, dados coletados no trabalho de Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2002), do qual trataremos em seguida.

Segue-se, portanto orientação fenomenológica da sociologia reflexiva (BOURDIEU, 2004), qual seja, buscar identificar contaminações e atritos entre a sociologia espontânea, ou o conhecimento de senso comum, como estereótipos e medos, e a sociologia construída, baseada em observações, análises e debate conceitual.

Assim, na primeira parte se indica com conceitos e transformações históricas acerca do uso e normalização das substâncias psicoativas, partindo, portanto, de um quadro de referência que privilegia o lugar da produção social, mesmo que se busque tratar um fato social – no caso, o uso de drogas – como se fosse uma coisa (DURKHEIN *apud* BOURDIEU et al, 2004). As representações quantitativas ou a extensão do uso de substâncias psicoativas, em particular das ilícitas, por exemplo, não suscitam necessariamente o pânico, mas este se instala e associações tais como uso de drogas e violência, mesmo que não amparadas em conhecimento especializado ou em dados estatísticos confiáveis, se fazem presentes no cotidiano de jovens de suas famílias e de espaços como a escola.

É dentro de tal perspectiva que se destaca a recorrência ao uso do conceito de imaginário e se explora sua potencialidade para o debate sobre construções sociais e estereótipos em relação às substâncias psicoativas.

Tem-se, portanto, como questão básica de pesquisa, nesta primeira parte, a discussão sobre a construção social das substâncias psicoativas, a força do imaginário, e de como a família, como instituição de referência primária, reflete e reproduz tal imaginário. Isto conduz a explorar mais o lugar da família como instituição socializadora, bem como as expectativas sociais sobre seu papel, as quais ultrapassam sua efetiva capacidade, levando ao que alguns autores, como Elisabeth Roudinesco (2002), destaca como “desordens”, como trataremos no capítulo *Família moderna: transformações e conflitos*.

Na segunda parte desta dissertação, explora-se o empírico, para o que se recorre ao material coletado por outras pesquisadoras. Interessa explorar percepções de jovens e seus pais, além de alguns dados sobre extensão do uso de substâncias psicoativas entre jovens que estão nos dois últimos anos do ensino fundamental e no ensino médio, ou seja, jovens em processo de escolarização, destacando para esta dissertação, o caso de Salvador. Para tanto, o material é o que se refere à ampla pesquisa realizada entre jovens em escolas do ensino médio de cidades brasileiras, apresentada na obra *Drogas nas Escolas*. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

Com se trata de estudo extensivo e atual, produzido com rigor e responsabilidade, sob a chancela de um órgão de respeitabilidade como é a UNESCO, considerou-se desnecessária uma nova ida a campo, por amostra que seria mais restrita, optando-se, então, por utilizar os dados já disponíveis. Em função deste fato, tornou-se oportuno, até para corroborar a escolha realizada, apresentar, como se faz a seguir, os elementos básicos da metodologia que norteou aquela pesquisa.

Seguem-se, portanto, na voz de Mary Castro e Miriam Abramovay, elementos referentes à pesquisa da UNESCO sobre o que pensam os pais e os jovens de escolas públicas e privadas de 14 capitais brasileiras. Como esta parte é desta pesquisa, transcrevemos a seguir referências do capítulo denominado *Metodologia* do livro “Drogas nas Escolas” (CASTRO e ABRAMOVAY 2002 p. 31 a 45);

- “Foram utilizadas na pesquisa duas abordagens complementares: a extensiva e a compreensiva. Elas se combinaram de modo a identificar as vivências, as relações, as interações sociais que se deram no âmbito escolar e fora dele tendo como foco metodológico as percepções/representações dos

atores sobre as drogas. A abordagem extensiva visou conhecer magnitudes. Se baseou na representatividade e na capacidade inferencial dos dados, uma característica das pesquisas do tipo *survey*. Já a abordagem compreensiva procurou trabalhar qualitativamente o conteúdo das manifestações da vida social, tanto a partir de aspectos cognitivos quanto interacionais. Dentro desta abordagem, as noções de contradição, conflito e a apreensão de diferentes olhares foram essenciais”.

- “Na pesquisa foram aplicados questionários fechados a alunos, pais e professores, que também participaram dos grupos focais; realizaram-se entrevistas individuais abertas, com membros do corpo técnico-pedagógico, policiais, agentes de segurança, vigilantes e inspetores; e produziram-se roteiros de observação sobre as escolas pesquisadas”.
- “A base de dados usada para a seleção da amostra de alunos foi o cadastro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC, o qual é construído a partir do Censo Escolar. Esta é, reconhecidamente, a mais confiável base de dados sobre escolas, turmas, séries e alunos, tanto do ponto de vista da abrangência como das especificidades e precisão das informações. Esta base é resultado da coleta de informações nos censos escolares, realizados anualmente”.
- “As informações do cadastro foram utilizadas como fonte de dados primários para as pesquisas em escolas, de alunos, em cada uma das capitais estudadas. A partir de uma análise das informações do cadastro do Censo Escolar, concluiu-se que o procedimento seria a amostragem estratificada com seleção por conglomerados em duas etapas”.
- “A amostra foi um subconjunto das escolas de ensino regular (fundamental e médio), públicas (municipais e estaduais) e privadas, existentes nas 14 capitais das Unidades da Federação escolhidas para compor este estudo: Manaus e Belém, na região Norte; Fortaleza, Recife, Maceió e Salvador, no Nordeste; Distrito Federal, Goiânia e Cuiabá, no Centro-Oeste; Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo, na região Sudeste; e Porto Alegre e Florianópolis, na região Sul”.
- “Nas séries/turmas selecionadas, os questionários foram distribuídos a todos os alunos para que respondessem autonomamente, sem a intervenção do pesquisador. Todos os alunos das séries/turmas selecionadas receberam questionários para serem preenchidos por seus pais ou responsáveis”.

- “Contrariamente ao procedimento seguido no caso dos alunos, as amostras compostas por pais e membros do corpo técnico-pedagógico não foram probabilísticas, não se calculando, portanto a sua margem de erro, nem seu coeficiente de confiança. Portanto, no caso desses atores não se garantiu inferências estatísticas. 10.255 pais responderam a questionários especialmente desenhados para cada caso”.
- “Foram realizados grupos focais com professores, pais e alunos. A pesquisa qualitativa adotada neste trabalho abrangeu um conjunto diversificado de instrumentos aplicados a um número bastante significativo de unidades. Considerando que cada grupo focal possuía, em média, dez informantes, constatou-se que somente a parte compreensiva da pesquisa levantou informações com 2.155 pessoas”.
- “A pesquisa colheu e analisou aproximadamente 383 horas de entrevistas individuais e 346 horas de grupos focais, somando mais de 700 horas. O desafio de ouvir e analisar dados provenientes de um número tão grande de informantes confere a essa pesquisa um caráter único no Brasil”.

PARTE 1- SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, FAMÍLIA, O IMAGINÁRIO SOCIAL - DIÁLOGOS COM A LITERATURA

1 BREVE HISTÓRICO SOBRE AS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, E ALGUNS CONCEITOS DESTE CAMPO

1.1 INTRODUÇÃO

Tornou-se banal, na mídia e no dia a dia das pessoas, a referência às drogas. A falta de precisão e o modo ideológico como elas são apresentadas tornam necessário que se definam, ao longo deste capítulo, alguns termos que serão utilizados no decorrer desse estudo, a começar por aquele que mais usamos: substância psicoativa, ou SPA.

Segundo Antônio Nery Filho (JACOBINA e NERY FILHO, 1999), essa expressão – SPA – foi proposta pela Organização Mundial de Saúde - OMS, para substituir o termo *droga*, geralmente de conotação pejorativa, e engloba toda substância, natural ou sintética, que, ao ser consumida, atua sobre o sistema nervoso central, modificando, de algum modo, o nosso psiquismo. Essas alterações provocam mudanças no estado de consciência e no senso de percepção do usuário, uma vez que as referidas substâncias podem atuar como depressoras, estimulantes ou perturbadoras do sistema nervoso central. (LIMA, 1997).

Procuraremos, ainda, definir alguns termos, tais como: substância psicoativa lícita e ilícita, abuso, drogadição, dependência, tolerância, abstinência, usuários, de forma que possamos sair do lugar comum, ao tratarmos, com seriedade, o fenômeno que aqui estudamos.

Para melhor compreendermos a presença das substâncias psicoativas na sociedade contemporânea, bem como a relação que esta sociedade, especialmente a família, estabelece com elas, é importante percorrermos a história da civilização, pois vamos encontrar a presença dessas substâncias desde os primórdios da humanidade, inseridas nos

mais diversos contextos, seja o social, econômico, medicinal, religioso, ritual, cultural, estético, militar, seja o da busca do prazer.

Neste rápido percurso histórico, também iremos conhecendo as características de algumas das substâncias psicoativas que estão presentes no dia a dia contemporâneo.

1.2. DOS PRIMÓRDIOS AO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Ao longo de toda a história da humanidade pode se constatar o consumo de várias drogas. As sociedades passaram a utilizá-las em diferentes contextos e com finalidades variadas: desde o uso em rituais religiosos e mágicos, até para a cura ou paliativo para doenças, como também simplesmente na busca do prazer que essas drogas proporcionam.

As duas fontes básicas de conhecimento das drogas foram a religião e a medicina. Entretanto, seu uso como fonte de prazer, destituído do cunho religioso e da utilidade medicinal, deve ter precedido às demais formas, que surgiram como "[...] monopólio de certos atores ou como recurso sujeito à regulamentação social" (NERY FILHO, 1995, p. 30).

Segundo Balbuena, se acompanharmos alguns fatos históricos, verificamos que o uso de drogas é tão antigo quanto a própria humanidade, mesmo que ele conclua que:

Na Bíblia, surpreendentemente, não é nada fácil encontrar menções explícitas a drogas e a venenos que, com quase toda certeza, devido à localização geográfica da Palestina – entre o Egito, a Ásia Menor e a Pérsia - eram também conhecidas pelo povo judeu. Com dificuldade detectamos a recorrência de 'bálsamos', presentes em 'Gênesis' 37, 25 (seus camelos estavam carregados de alcatira¹ de bálsamo e ládano² que levavam para o Egito) e em 'Gênesis' 43, 11, quando Jacó se refere aos 'melhores produtos da terra: um pouco de bálsamo e um pouco de mel, alcatira e ládano, pistácias e amêndoas'. Em 'Jeremias' 8, 22 fala-se de Galaad, conhecida por ser a terra de bálsamos e aromas [...]. Em 'Deuteronômio' 29,18, uma referência a plantas venenosas [...]. E lá e cá, aparições de mandrágora³ [...] sabe-se também terem

¹ Arbusto da família das leguminosas, subfamília papilionácea, de cujo caule se extrai a goma de igual nome; goma adraganta, extraída de arbustos da família dos astrálagos.

² Goma resina aromática produzida por diversos arbustos da família do xisto (arbusto das regiões mediterrâneas cujos brotos secretam uma resina viscosa, chamada *laudanum*, empregada em perfumaria e na medicina), também chamados ladaníferos. extrai-se o ládano sobretudo do xisto de Creta.

³ planta ornamental e venenosa, originária da Europa e da Ásia, da família das solanáceas, dotada de folhas grandes e bagas globosas e negras; medicinal, com propriedades diaforética. Seu alcalóide, a antipina, é de uso perigoso, sendo aproveitado na medicina, como dilatador da pupila e antiespasmódico.

efeito anestésico e narcótico, e serem capazes de misturadas ao meimendo⁴ e à beladona⁵ provocar visões encantadoras, alucinações, loucura e até mesmo a morte. (BALBUENA. 1994, p. 141-142).

Segundo Nery Filho (1995) e Escohotado (1994), a literatura científica revela, por exemplo, a existência do opium há mais de cinco mil anos antes de Cristo, e relacionado com a alegria e o divertimento entre os Sumérios, também na Babilônia e na cultura creto-miscênica, enquanto no Egito ele é recomendado como analgésico e calmante. Foi ainda muito popular tanto na medicina grega, quanto na romana. Do ópio, como mais adiante veremos, serão sintetizadas substâncias, na classificação de Aquino (1998), depressoras.

O cânhamo (maconha) está registrado na China desde 4000 AC, na Índia e na Mesopotâmia, onde era usado inclusive como incenso cerimonial, e na Europa ocidental entre os Celtas. Além de outras substâncias com propriedades narcóticas e tóxicas, também era utilizado pelos egípcios. Na Roma dos Cézares, era freqüente e natural usar a maconha para estimular o prazer.

Das folhas do cânhamo, a *Cannabis sativa*, cujo princípio ativo é o tetra-hidrocanabinol (THC), prepara-se o cigarro conhecido como de maconha, SPA classificada como substância alucinógena e perturbadora, por Aquino⁶ (1998). Quanto maior a concentração de THC, maior o seu potencial psicoativo. Seus principais efeitos são: aumento dos batimentos cardíacos, vermelhidão dos olhos, secura na boca e da garganta. Estudos indicam que a droga interfere temporariamente na memória, altera o sentido do tempo e reduz a habilidade para cumprir tarefas que requerem respostas rápidas. O uso crônico da maconha causa a síndrome da falta de motivação, sobretudo na adolescência, além da redução do número de espermatozoides pela diminuição do hormônio masculino testosterona, interferindo no processo de transformação física da criança para adulto.

Entre as SPA classificadas por Aquino (1998) como estimulantes, há o tabaco, autóctone da América, na informação de Escohotado (1994), usado do Canadá à Patagônia com fins recreativos, religiosos e terapêuticos. Seus os principais componentes são a nicotina (estimulante do coração e do sistema nervoso central), o alcatrão (na fumaça,

⁴ Gênero de plantas da família das solanáceas, muito usadas em feitiçaria na Antiguidade e na Idade Média, gênero de plantas cuja raiz bifurcada se assemelha vagamente a um pequeno boneco. A raiz da mandrágora servia, no passado, de talismã.

⁵ planta medicinal e tóxica, da família das solanáceas, nativa da Europa, que encerra vários alcalóides de grande atividade fisiológica, e cujas flores são grandes e vistosas; hiosciami, veneno.

⁶ Aquino estabelece sua classificação conforme os efeitos da substância no organismo.

contém muitas substâncias que provocam câncer e insuficiências respiratórias) e o monóxido de carbono (reduz a habilidade do sangue em carrear oxigênio para o cérebro ou para os tecidos do corpo).

Também classificada como estimulante, a cocaína é extraída das folhas da planta da coca. Provoca dilatação das pupilas, aumento da pressão arterial, dos batimentos cardíacos, da frequência respiratória e da temperatura do corpo. Inalações frequentes provocam corrosão da membrana nasal. O arbusto da coca é originário dos Andes e registrado em esculturas desde o século III a.C. (ESCOHOTADO, 1994). Suas folhas eram utilizadas por sacerdotes Incas e nas atividades rotineiras de toda a sua comunidade. A planta era considerada um "presente divino". Os conquistadores espanhóis tentaram banir seu uso, mas perceberam que não era possível escravizar os Incas sem permitir o uso da coca. A partir daí, diz Cruz,

[...] a Igreja Católica passou, então, a cultivá-la e se tornou sua maior produtora. O interesse dos meios científicos europeus e americanos só surgiu muito tempo depois, quando em 1855, o alemão Albert Niemann isolou o alcalóide da coca que recebera, posteriormente, o nome de cocaína. (1996, p. 25-26).

Obtido a partir da cocaína e podendo ser fumado em cachimbos especiais, o crack é outra SPA. Atinge o cérebro de maneira intensa e perigosa, levando o indivíduo rapidamente à dependência.

Outras substâncias estimulantes, também na classificação de Aquino (1998), são as Xantinas, encontradas no café, chás, refrigerantes do tipo cola, chocolates e em alguns medicamentos analgésicos. Seus efeitos mais comuns são: o aumento dos batimentos cardíacos, da temperatura do corpo e da atividade dos rins. Tais substâncias eram também amplamente usadas pelos americanos, em época bem anterior à chegada de Cristóvão Colombo, a partir de, por exemplo, o guaraná e o mate, fontes de cafeína, e o cacau.

O álcool é um depressor (AQUINO, 1994) que atua inicialmente deprimindo as funções corticais (córtico-cerebrais) que comandam, entre outras, as funções de relação social o autocontrole e a censura interna. Em altas doses, diminui a capacidade de perceber sensações e perturba a coordenação muscular, a memória e o julgamento. Em grandes quantidades e por um período longo de tempo, pode danificar permanentemente o fígado e o coração, além de provocar danos irreversíveis para o cérebro. Com o passar do tempo de

uso, as doses precisam ser aumentadas para se obter o mesmo efeito, no que se convencionou chamar de tolerância.

Podendo ser produzido a partir de muitas plantas, seu uso também é imemorial. Do Egito antigo, temos preservados tanto papiros que atestam os malefícios da embriaguez, quanto os que mostram estar o álcool em 15% dos tratamentos médicos prescritos. Há um tablete cuneiforme datado de 2200 a.C, recomendando cerveja para mulheres amamentando, além de serem numerosas as referências ao vinho no Velho Testamento, nem todas negativas. Aliás, também favorável é a visão da Grécia Clássica diante do vinho, exatamente o oposto do que prescrevem tanto o bramanismo quanto o budismo. Por outro lado, apesar das restrições que a cultura cristã impunha à bebida alcoólica, registra-se seu alto consumo tanto na Europa medieval quanto na renascentista. Já nas Américas, várias bebidas de baixo teor alcoólico existiam antes da chegada dos europeus. (ESCOHOTADO, 1994)

O cristianismo foi, pouco a pouco, criando novos parâmetros para as concepções sobre as diversas substâncias psicoativas, especialmente durante o período inquisitorial medieval, quando foram eventualmente associadas a bruxarias, mas bastante identificadas com o erotismo e sempre condenadas já que a Igreja via o prazer com reservas. Tal perspectiva acabou incidindo sobre a utilização de drogas na medicina. “A Inquisição na América parte de idênticas premissas, e perseguiu muito nativos por empregar suas drogas tradicionais.” (ESCOHOTADO, 1994, p. 43). Para contornar a situação, começaram a ser criados, nas universidades, cursos de medicina e farmacologia que resistissem à sanha dos inquisidores. Daí que

É interessante, contudo, que as solanáceas alucinógenas se encontrem hoje classificadas nas farmacopéias como plantas medicinais úteis e não como entorpecentes perigosos. De 1330 a 1700, foram uma encarnação diabólica, geraram um número considerável de consumidores, criaram uma fé em seu poder sobrenatural e, então, levaram ao suplício e à fogueira muitos europeus. (ESCOHOTADO, 1994, p. 44)

Afirma Escotado (1994) que, ao lado das estimulantes, “No capítulo das drogas visionárias, o Novo Mundo é uma fonte inesgotável.” (p. 56) Isto resultou em tal repressão por parte do cristianismo europeu que “Não há que estranhar que os usos religiosos, lúdicos e terapêuticos da flora psicoativa sejam mencionados com todo detalhe pelos primeiros cronistas e logo caíam em total esquecimento até meados do século XX” (p. 56)

1.3 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

Antes de chegarmos ao século XIX e às profundas transformações que nele se dão, torna-se necessário identificar alguns conceitos com que estaremos lidando.

Cabe chamar atenção para a classificação das drogas em lícitas, ou legais, e ilícitas, as ilegais. Os dois termos são constantemente utilizados por profissionais e pesquisadores do campo das toxicomanias. No entanto, é necessário assinalar que é uma classificação que não se prende fundamentalmente a critérios técnicos, farmacológicos ou científicos, e pode variar de significado de acordo com o contexto sociocultural. Assim é que, por exemplo, "Enquanto em muitos países islâmicos o consumo do álcool é ilícito e severamente punido pelas leis do Corão, o mesmo não acontece ao haxixe, cujo consumo é pelo menos tolerado. No Ocidente tais normas claramente se invertem" (LIMA, 1997, p. 92).

Um exemplo do quanto a classificação depende do momento histórico vivido, é o fato de que, "Nos anos 20, por exemplo, a cocaína e a maconha eram livremente comercializadas nos Estados Unidos, enquanto o governo tentava combater, sem sucesso, o álcool." (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 198). Hoje em dia, naquele país, a situação é inversa, como a imprensa nos mostra a todo o momento.

No Brasil, frequentemente, são consideradas ilícitas as drogas cujo comércio e o consumo é proibido por lei (maconha, cocaína, heroína, crack e etc.), e, como lícitas, aquelas cuja lei permite que sejam comercializadas e consumidas (álcool e psicofármacos). No entanto, essa classificação não é muito bem definida, uma vez que algumas substâncias cujo comércio é permitido (éter, cola de sapateiro, benzina etc.) podem ser usadas para fins não lícitos, diferentes daqueles para os quais foram produzidas e com o propósito de alterar a consciência do indivíduo.

Exemplo significativo é o produto laboratorial medicamento, visto como uma ou mais substâncias utilizadas com finalidade terapêutica, isto é, especialmente preparado para servir como remédio, para tratar doenças ou aliviar sintomas. Portanto, uma substância dita lícita. Porém, com relação a medicamentos, cabe identificar o que se entende por abuso de medicamento, ou seja, o uso, geralmente por auto-administração, de

uma maneira que se afaste das indicações médicas e, portanto, em desacordo com os padrões culturais aceitos, no que poderia ser classificado como uso ilícito.

Portanto, percebe-se que, se excluirmos a finalidade terapêutica e pensarmos na cultura, veremos que ainda hoje, o abuso de substância psicoativa lícita, será definido pela quantidade consumida e suas relações com o comportamento social, como por exemplo, no que a sociedade identifica como abuso do álcool e do tabaco, que pode estar relacionado ao tempo de consumo.

Outro fator importante a ser analisado é o de que qualquer uso de substância ilícita também é definido pela quantidade utilizada, mesmo com a aprovação da nova Lei 11.343/2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, Sisnad, cujo objetivo é articular, integrar, organizar e coordenar as atividades de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão ao tráfico. Neste caso, uma das principais mudanças para a sociedade é que quem “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo determinada quantidade de drogas caracterizada para consumo pessoal”, sem autorização legal, não poderá mais ser preso. O porte permanece caracterizado como crime, mas o usuário estará sujeito a medidas sócio-educativas, aplicadas por juizados especiais criminais. Já os traficantes continuam sendo julgados pelas varas criminais comuns, mas o tempo mínimo de prisão aumenta de três para cinco anos.

A nova lei não atenta para o tempo e a frequência da droga consumida, nem para os profissionais que farão os encaminhamentos dos usuários, como seu preparo para lidar com o tema, bem como os serviços de saúde que estarão recebendo esses usuários para o tratamento (SUS). Portanto temos uma nova Lei inserida em um velho sistema privilegiando o caráter de abuso, tendo em vista a proibição e com pouca sensibilidade para questões relacionadas à subjetividade do sujeito envolvido com o uso das SPAs. Caberia ainda muita discussão a respeito dessa nova Lei, mas como esse não é o objetivo deste estudo, retomemos nossa discussão.

A simples dicotomia entre drogas hoje lícitas ou ilícitas, mas que tiveram, em tempos anteriores, outras codificações normativas, apresenta-se insuficiente e indica que a variedade de tratamento social das substâncias psicoativas é também condicionada por tempos históricos, como estamos discutindo. Ainda mais, como alerta o professor Antonio

Nery Filho, corre-se o risco “[...] de não se considerar as drogas legais ou lícitas [...] como as principais produtoras de dependência química, no Brasil, e em quase todos os países ocidentais.” (JACOBINA e NERY FILHO, 1999, p. 22)

Ainda com relação ao chamado abuso, alguns outros termos são empregados, tais como Drogadicção⁷, toxicomania, toxicodependência, para designar um consumo compulsivo de substâncias psicoativas.

Quanto aos padrões de consumo das substâncias psicoativas, encontramos na literatura algumas proposições. O Dr. Antonio Nery Filho alerta “[...] para os problemas causados pela confusão que se faz com relação aos consumidores de substâncias psicoativas, quer pela família, quer pela polícia.” (JACOBINA e NERY FILHO, 1999, p. 36). Daí porque se torna necessário estabelecer classificação para usuários de drogas. Utilizamos aqui aquela proposta pela UNESCO, 1995, p.20:

a) **Experimentador:** o indivíduo, circunstancialmente, entra em contato com uma substância psicoativa, experimenta e não faz mais uso, assim dispensando tratamento, por não se configurar situação de doença;

b) **Usuário Ocasional:** utiliza uma ou várias substâncias de modo intermitente, quando disponível ou em ambiente favorável, sem rupturas nas relações afetivas, sociais ou profissionais, sem que se desenvolva dependência física ou psíquica;

c) **Usuário Habitual ou "Funcional":** faz uso freqüente, ainda controlado, mas já se observa sinais de rupturas tanto nas relações afetivas, quanto nas relações sociais ou profissionais;

d) **Usuário Dependente ou "Disfuncional"** (toxicômano, drogadito, dependente químico): vive pela droga e para a droga, descontroladamente, com rupturas em seus vínculos sociais, com marginalização e isolamento. Nesse caso, o usuário procura a substância não pelo prazer que ela lhe proporciona, mas para evitar os desconfortos de sua

⁷ Drogadicção = Adicção à drogas. A etimologia do vocábulo "adicção" remete ao latim. "Adicto" origina-se no particípio passado do verbo "addico", que significa "adjudicar" ou "designar". Este particípio é "addictum" e quer dizer o "adjudicado" ou "designado" – o "oferecido" ou "oferendado".

Nos tempos da República Romana, "addictum" designava o homem que, para pagar uma dívida, se convertia em escravo por não dispor de outros recursos para cumprir o compromisso contraído.

O substantivo "adição" designa, em nossa língua, a inclinação ou o apego de alguém por alguma coisa. (BUCHER, 1992)

privação. É este o usuário que efetivamente precisa de tratamento especializado, quase nunca fácil nem rápido.

Importante, então, que se defina a dependência, um estado de transtornos físicos e/ou psíquicos que se manifesta naquela pessoa que vem fazendo uso de uma substância psicoativa, seja quando se suspende o seu uso, ou mesmo quando fica evidente uma necessidade irreprimível, compulsiva de usá-la. A Organização Mundial de Saúde - OMS elaborou um conceito para o fármaco-dependente como aquela pessoa que apresenta um estado físico ou psíquico causado pela ação recíproca entre seu organismo e a substância psicoativa. Caracteriza-se, principalmente, pela mudança de comportamento e pelo impulso irresistível de tomar a SPA, contínua ou periodicamente, para sentir seus efeitos, ou às vezes, para evitar um mal-estar produzido pela privação, o que pode acontecer também com drogas ditas lícitas. (JACOBINA e NERY FILHO, 1999).

A síndrome de abstinência é o conjunto de transtornos fisiológicos causados num fármaco-dependente, quando ocorre a suspensão brusca da droga.

Com o uso constante de certas substâncias psicoativas, o organismo reage através de um processo de adaptação biológica, chamado de tolerância. Assim, para obter os mesmos efeitos, é necessário aumentar a dosagem. Esse aumento pode levar a uma superdosagem (overdose), capaz de provocar até morte súbita por parada respiratória ou cardíaca.

Devido às dificuldades em diferenciar os dois tipos de dependência (física e psíquica), a O.M.S. recomenda hoje que se fale apenas de dependência, caracterizada (ou não) pela síndrome de abstinência.

1.4 DO SÉCULO XIX AO XXI

A partir do século XIX, o avanço científico conduziu a tal aprofundamento do conhecimento sobre os efeitos das drogas no organismo e sua ação sobre o comportamento humano, a química realizou avanços tão sensacionais, que “As drogas deixaram de ser vegetais mais ou menos mágicos, ligados a rituais e aspectos. Seus princípios [...] foram compreendidos como substâncias nucleares da substância orgânica – não menos ‘maravilhosos’, mas livres da ênfase mítica.” (ESCOHOTADO, 1994, p. 76)).

Produzida a partir do ópio, a morfina foi o primeiro grande medicamento do século XIX, a princípio muito usada para aliviar as dores nos hospitais de campanha. Cinco vezes mais forte, a heroína foi sintetizada, depois, tendo como matéria prima a morfina. É uma droga semi-sintética (produzida em laboratório), tendo alto poder para causar dependência, com grande síndrome de abstinência (física e psíquica). Com o passar do tempo de uso, as doses precisam ser aumentadas para se obter o mesmo efeito (tolerância).

Dos laboratórios e pelos mais diversos caminhos, outras substâncias psicoativas vão sendo apresentadas a usuários. Entre as estimulantes, vale registrar as Anfetaminas muitas vezes utilizadas de forma perigosa em dietas alimentares para o controle do apetite. Além delas, há o Ecstasy - MDMA (Metileno Dióxido Metanfetamina), droga sintética, que age sobre o sistema nervoso central aumentando as concentrações de serotonina e dopamina. Sua ingestão de forma indevida pode acarretar a morte, particularmente quando consumida por jovens em “raves”, pela desidratação devido à dança frenética com música intensa, que leva a um alto grau de elevação da temperatura do corpo.

Dentre as substâncias classificadas por Aquino (1998) como Alucinógenas e Perturbadoras, ainda encontramos o L.S.D. (Dietilamida do Ácido Lisérgico), - encontrado nos grãos de centeio. Droga extremamente poderosa, sendo efetiva em quantidades muito pequenas (microgramas). Basicamente, ela causa mudanças nas sensações (ilusões e alucinações).

Cabe ainda registrar os Inalantes e Solventes, que são depressores do Sistema Nervoso Central e caracterizam-se por provocar transtornos comportamentais, além de causar sérios danos físicos nos fígado, rins e pulmões. Como exemplos, são registrados a cola de sapateiro, a cola de modelagem, os sprays, esmaltes, gasolina e benzina, substâncias que, sendo de uso corrente, são acessíveis e de venda liberada. Todos os solventes contêm grandes quantidades de chumbo, que podem causar danos físicos irreversíveis, particularmente no sistema renal. Embora a inalação de substâncias visando alteração psíquica seja fenômeno que remonta ao Mundo Antigo, inclusive com a utilização, desde 1800, de clorofórmio, éter e gás hilariante na medicina, é a partir da década de 1950 que o fenômeno começa a ser cientificamente descrito. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 177)

No decorrer do século XIX e mais acentuadamente no início do século XX, acontece o que Escohotado (1994) classifica como a “reação antiliberal”, capitaneada pelos Estados Unidos a partir, segundo o autor, da reação puritana dirigida fundamentalmente contra os não brancos e não protestantes de maneira geral aliada a um movimento de médicos e farmacêuticos na direção de superar as religiões no monopólio da cura, numa reação que “[...] se cristaliza em leis porque está de acordo com a expansão americana sobre o planeta [...]” (ESCOHOTADO, 1994, p. 88).

Apesar disso, afirma Birman que,

[...] desde o século XIX e no século XX; o consumo regular de drogas foi aumentando progressivamente na nossa tradição, mas sem colocar problemas maiores até os anos sessenta. O início dos anos sessenta indicou uma mudança significativa nos hábitos de consumo de drogas, na medida em que, pelo movimento da contracultura, se constituiu um novo ‘ethos’, onde as drogas passaram a ocupar uma posição estratégica. As drogas passaram a ser a forma privilegiada de acesso para um outro mundo, revelado na sua tessitura pelas transformações perceptivas provocados pelas drogas. Entretanto, a ‘criminalização’ das drogas produziu uma inflexão decisiva neste universo, subvertendo o seu sistema de regras e de valores e, no final da década de 70, [...] as drogas foram capturadas pela indústria do narcotráfico, pelas máfias, sendo transformadas no seu potencial simbólico. [...] Instalou-se o silêncio metafórico no imaginário coletivo do Ocidente, instituindo-se, pois o consumo de drogas em larga escala pelo bel prazer da busca da excitação, da procura do gozo em estado puro. Da condição inicial de ser um signo emblemático de uma visão de mundo ‘underground’ as drogas se inscreveram no circuito do comércio e das finanças internacionais. Enfim, as drogas se deslocaram do campo regulado pela ‘economia dos signos’ para o campo da ‘economia política’ (BIRMAN, 1993, p. 59-60; 1997 p. 14).

Dentro desta perspectiva, e considerando a dinâmica mercadológica, tanto de consumo quanto de oferta, cabe lembrar que “A cena da droga nunca é a mesma, assim como não o são os seus agentes [...]” (ESPINHEIRA, 2004, p. 12), isso levando em consideração tempos e espaços urbanos. Assim, “[...] as formas de consumo nunca são iguais, assim como os produtos não são os mesmos, nesses espaços diferenciados.” (ESPINHEIRA, 2004, p. 12). Essas substâncias, não mais veículos místicos ou mágicos, além de veículos de sensações, passam a ser objetos de consumo.

A transposição do uso ritualizado para o consumo freqüente implica em outro ponto de consideração. A excitação mental que desarruma a ordem imposta pela ordem social de ver e pensar proporcionando novas percepções encontra contextos particularizados que legitimam o consumo, e, portanto, os comportamentos decorrentes dos seus efeitos, numa

diversidade de sub-culturas de devaneios relativas a classes sociais, grupos interativos, localidades, ideologias, tipos de drogas e modos de consumo.

A ordem social reage diferentemente a essa diversidade, não apenas pelo que prescrevem as leis, mas pelos modos socialmente desenvolvidos de convivência, aceitação, tolerância e rejeição às drogas. Segundo Espinheira, (2004, p. 8-9):

Quando o consumo de drogas dissocia-se dos contextos de vida, isto é como uma produção cultural específica, para subordinar-se à aceitação de um produto cuja forma e conteúdo são produzidos alhures ou introduzidos como um bem de consumo industrialmente produzido, têm-se uma outra circunstância social.

Para a dissociação de que fala Gey Espinheira, em muito contribui todo este mercado que se constitui, com regras próprias, que inclusive distingue os consumidores por sua condição social e sua capacidade aquisitiva, além dos gostos tanto pessoais quanto locais ou da comunidade em que o usuário está inserido.

Segundo Bucher (1995), a valorização unidimensional da produção do consumo, do desempenho e da competição coloca em plano inferior o sentimento comunitário, a solidariedade e o afeto, frustrando os desejos humanos, despersonalizando os indivíduos e reduzindo-os a parte de uma massa indiferenciada. Como consequência, verificamos uma série de conflitos conscientes e/ou inconscientes, a níveis social, individual e familiar, que geram no indivíduo um estado de tensão e excitação, podendo levá-lo à compulsão ao desafio. Frequentemente encontramos o uso abusivo de drogas associado a esses conflitos, funcionando como um sintoma de algo que não está bem. Esse fenômeno, diz Bucher,

[...] situa-se no centro dos conflitos da sociedade, produzido por ela e decorrente de seus modos desequilibrados e injustos de se organizar e se valorizar, não se trata de um problema periférico, localizado apenas nos subúrbios ou entre os desviantes da ordem pública. (BUCHER, 1995, p. 38-46).

A este respeito, e constatando a necessidade de rever esta ótica excludente e preconceituosa, assim como identificar as diferentes faces do abuso de SPA, registra Espinheira,

Falamos de jovens pobres e deixamos de lado os jovens ricos ou remediados. Nas cidades, eles não moram nos mesmos espaços e, nos espaços coletivos, quando acontece aproximarem-se, a exemplo do carnaval, [isto] deixa de ser proximidade para tornar-se distância. (2004, p. 23)

Mesmo porque, “Uma vez reconhecidas enquanto mercadorias, as drogas passaram a fazer parte da engrenagem da sociedade de consumo, sejam elas legais ou ilegais.”

(TRAD, 2004, p. 49), o que conduz à compreensão de que seja impossível imaginar que estas substâncias não estejam presentes e sendo consumidas em todas as camadas da população, inclusive e convêm demarcar, não apenas por jovens.

Olivenstein (1997) reflete que as sociedades modernas tentam evitar suas crises através da planificação, criando mecanismos anti-angústia, como a psiquiatria, a psicanálise, as terapias de grupo etc. Entretanto, esses recursos só favorecem uma pequena parcela daqueles que lutam contra a angústia, deixando de lado os menos privilegiados. Assim, diz o autor, "[...] é necessário inventar outros reguladores da angústia social, daí o desenvolvimento extraordinário da psicoquímica." (OLIVENSTEIN, 1997, p. 22). É ainda ele que se refere ao encontro da angústia individual e da angústia coletiva, que se acentua cada vez mais, tendo em vista que

[...] diante de dificuldades econômicas e sociais, o grupo encarregado de proteger os cidadãos, o Estado, sacrifica certos grupos sociais. Sabemos, por exemplo, o quanto é traumatizante a negação do direito ao trabalho. Não será, portanto, paradoxal, assistirmos ao desenvolvimento de uma das últimas tentativas das pessoas encontrarem uma solução individual para a angústia. Esta tentativa que é a droga evolui de uma maneira que homologa uma nova 'lei da selva' com isto não permitindo à toxicomania tornar-se um encontro igualitário com o nirvana. (OLIVENSTEIN, 1997, p. 22)

A este respeito, Gey Espinheira (2004) assegura que as SPAs têm efeitos diferentes para pessoas de diferentes classes sociais e níveis de renda, o que leva a indagar se não seriam "[...] as razões de consumo e a natureza do que se consome que caracterizariam a ação social de uso de drogas [...]" (ESPINHEIRA, 2004, p. 12-13). Considerando esta linha de raciocínio, há de se considerar a complexidade da toxicomania, a necessidade de atenção, tanto à diversidade de possíveis associações como de possibilidades e motivos de uso. Tratamos de uma sociedade social e culturalmente desigual, onde "As pessoas são diferentes e vivem desigualmente as circunstâncias e as condições do mundo." (ESPINHEIRA, 2004, p. 15).

Assim é que, por outro lado, verificamos que, muitas vezes, mesmo aqueles mais privilegiados, que podem se beneficiar dos recursos anti-angústia mencionados por Olivenstein (psicanálise, terapias de grupo etc.), lançam mão de alternativas, na tentativa de encontrar algo que os ajude a suportar aquilo que, para eles, é "insuportável". Neste cenário, a droga (lícita e/ou ilícita) surge como uma dessas alternativas, cujo impacto, para o sujeito que a consome, estará relacionado ao "lugar" que essa droga vai ocupar em sua vida.

Segundo Gilberto Velho, “[...] toda realidade é, sob o ponto de vista sociológico, construída e não naturalmente dada. [...] A relação das sociedades humanas com as drogas expressa simultaneamente uma relação com a natureza e um processo singular de ‘construção social da realidade’.” (VELHO, 1997, p. 9-10). Esta construção de realidade vale dizer sua historicidade, nesta sociedade que vivemos atualmente, no que concerne às SPAs, passa por compreender que “A droga no mundo contemporâneo é globalizante; tanto ela quanto o usuário e as conseqüências engendradas do consumo extrapolam toda e qualquer individualização, seja de pessoa ou lugar, ou ainda de tempo.” (ESPINHEIRA, 2004, p. 23), sem que isto minimize as diferenças de classe, de renda e de motivação já assinaladas.

Nesta globalização, as SPAs estão inseridas em um “[...] modelo consumista, marcado pelo uso individual, não controlado e pelo acesso amplo a diversas substâncias [...]” (TRAD, 2004, p. 49). Este modelo potencializa o papel e a influência dos meios de comunicação de massa, inclusive, mas não apenas com a publicidade, cuja “[...] principal finalidade [...] é impulsionar o consumo [...]” (TRAD, 2004, p. 50). O fato é que os veículos de mídia, principalmente, no Brasil, os canais abertos de televisão, no caso das SPAs, acabam caindo em uma situação complicada: “Por um lado, trata-se de um objeto carregado de significados morais, por outro, convivem na mesma esfera a publicidade de consumo e de prevenção, cuja lógica é discrepante.” (TRAD, 2004, p. 50). A este bombardeio estão sujeitos os jovens brasileiros hoje.

Desta forma, como a realidade atual nos mostra, o fenômeno do uso de drogas não é um "privilégio" das classes menos favorecidas. Toda a sociedade, de alguma forma, encontra-se envolvida com as questões das substâncias psicoativas. Ora, uma vertente desse discurso vem dar à família um lugar privilegiado nessa abordagem da problemática do consumo de drogas, seja na perspectiva de uma teorização sobre as determinantes do comportamento aditivo, seja pelas considerações dos recursos disponíveis para minimizar o crescente consumo entre os jovens e, finalmente, seja a partir dos sentidos que as drogas adquirem.

2 FAMÍLIA MODERNA: TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS

Nesse capítulo a questão do consumo de drogas é abordada, evitando-se um tratamento monocórdio e do senso comum, ou considerá-lo apenas pelo viés jurídico/legal e/ou psicopatológico. Recorrendo-se à sociologia reflexiva (Bourdieu, Chamboredon; Jean-Claude e Paseron, 2004) busca-se uma ruptura com tal visão, na perspectiva de construção de um objeto mais informado em questões de pesquisa, como o lugar do social na modelagem do imaginário sobre drogas.

Para tanto, foram adotados referenciais variados, tendo em vista as transformações sociais decorrentes do processo de civilização e modernização da sociedade ocidental contemporânea, seus reflexos nas relações familiares e sua conseqüente influência no comportamento e atitudes dos indivíduos diante da vida. Isto porque “A família do futuro deve ser mais uma vez reinventada.” (ROUDINESCO, 2002, p. 199).

Não basta definir a família de um simples ponto de vista antropológico, sociológico, psicológico; “[...] é preciso também saber qual a sua história e como se deram as mudanças que caracterizam as desordens de que parece atingida na atualidade” (ROUDINESCO, 2002, p.18), no que diz respeito também às questões das substâncias psicoativas. A família moderna tem sido instada a se tornar o núcleo da normatização da cidadania e da democracia no indivíduo. Mas sua história perpassa outros momentos e outras instâncias. É preciso lembrar que a família não se constitui em uma estrutura universal, seja no tempo seja no espaço, seja na sua dimensão psíquica ou na social.

A própria palavra recobre diferentes realidades. Num sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns aos outros: “[...] um genos, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa etc.” (ROUDINESCO, 2002, p. 18). Para Aristóteles, ela se define como uma comunidade (*oikia* ou *oikos*) servindo de base para a cidade (*polis*). Longe de constituir um grupo, é organizada em uma estrutura hierarquizada onde três tipos de relações, ditas “elementares”, lhe são constitutivas: a relação entre o senhor e o escravo, a associação entre o marido e a esposa, o vínculo entre

pai e filhos. Como consequência, a *oikia* revela-se indispensável à vida em sociedade, uma vez que toda cidade, privada delas, estaria ameaçada de mergulhar na anarquia.

Quanto à família conjugal dita “nuclear” ou “restrita”, tal como a conhecemos hoje em dia no Ocidente, trata-se da consumação de uma longa evolução - do século XVI ao XVIII - durante a qual o núcleo pai-mãe-filho(s), de que fala Lévi-Strauss, se destacou do que antes constituía as *famílias*: um conjunto, uma “casa”, um grupo, que incluía os outros parentes, as pessoas próximas, os amigos, os criados. Contudo, essa estrutura nuclear de base parece ter existido na Europa da Idade Média, bem antes de tornar-se modelo dominante da época moderna.

Por outro lado, inclusive como elemento importante para a reflexão a que se propõe o presente trabalho, é importante registrar que esta família nuclear é uma das mais idealizadas das instituições sociais. Se a família real “[...] é um espaço privilegiado de relacionamento social no processo de modelagem de personalidades. [...] ao mesmo tempo, é um lugar de conflitos e tensões.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 81)

Podemos distinguir três grandes períodos na evolução da família, esta “[...] fortaleza afetiva restrita a interesses privados [...]” (ROUDINESCO, 2002, p. 106) que pode ser também o local perigoso dos segredos inconfessáveis.

Numa primeira fase, a família dita “tradicional” serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta. Nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia do direito divino.

Numa segunda fase, a família dita ‘moderna’ torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Mas valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos, desaparecendo, inclusive legalmente, o papel masculino de chefe de família, já que pais e mães passam a ter as mesmas prerrogativas. E deveres. Ao mesmo tempo, a partir do século XIX, o filho vai deixando de ser visto como propriedade dos pais para ser compreendido como um sujeito, cuja educação sua nação é encarregada de assegurar. A

atribuição da autoridade torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro.

A família contemporânea, lugar de afetividade vai também, cada vez mais, tornando-se o espaço da emancipação feminina e dos filhos, inclusive da explicitação da rebelião dos filhos contra os pais, o que demanda destes um novo comportamento. Logicamente, tais tipos ideais extremos comportam diversas realizações, considerando-se as estatísticas de violência doméstica e abusos de poder de disciplinamento ou relações intergeracionais pautadas por hierarquias rígidas.

Paralelamente, a descrição literária e histórica da família, ou da vida das famílias, foi substituída entre 1861 e 1871, por uma abordagem estrutural dos sistemas de parentesco posta em prática pelas novas ciências humanas: sociologia, antropologia, psicologia. (SARTI, 2004a, 199). E a transformação do olhar dirigido a essa realidade teve como consequência valorizar a consideração de funções simbólicas, regras da aliança, da filiação ou da germanidade, em detrimento de uma abordagem mais tradicionalista centrada no estudo das origens míticas do poder paterno, do patriarcado ou do matriarcado.

Na época moderna, a família ocidental deixou, portanto de ser conceitualizada como o paradigma de um vigor divino ou do Estado, e foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade (ROUDINESCO, 2002).

Se a família ontem era a que a história registra como autoritária, triunfal ou melancólica, ela é sucedida pela família de hoje, mutilada, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas.

Finalmente para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros, bissexuais, toxicômanos ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas – mesmo que se manifestem de forma inédita -, e, sobretudo que não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições. Todas as pesquisas sociológicas mostram isso. (ROUDINESCO, 2002, p 198).

Desta maneira, fica claro que é discutível esta linearidade com que associa família e drogas. Afinal de contas, considerando, então, o grupo familiar como à instância onde se desenvolvem as primeiras relações do indivíduo, e com base no pressuposto defendido por

Olivenstein (1985) de que a drogadicção se estabelece a partir de uma dinâmica relacional (entre o sujeito, a droga e o contexto), é possível pensar o fenômeno do uso de drogas como ligado às experiências vividas não apenas na rotina familiar. Sobre isso, Schenker propõe: “[...] o indivíduo se interliga a família, que se interliga ao social, formando uma rede de causalidades múltiplas. Assim, a toxicomania não é privilégio de um indivíduo 'doente', mas sim um sintoma dos nossos tempos pós-modernos” (SCHENKER, 1997, p. 49).

Sendo assim, a dimensão que atinge hoje o fenômeno do consumo de drogas nos grandes centros urbanos brasileiros traz para dentro das famílias o medo, a insegurança e a sensação de impotência diante da possibilidade de seus jovens vivenciarem tal situação. Entretanto as experiências vividas no próprio cotidiano familiar, algumas delas relacionadas ao afeto, à responsabilidade e ao estabelecimento de limites, podem constituir importantes fatores na proteção desses jovens, quanto à forma de se relacionarem com os diferentes tipos de drogas (lícitas e ilícitas), às quais facilmente poderão ter acesso. Não existe uma "receita única" para prevenir o uso e/ou o abuso de drogas. O que parece existir são diferentes modos de subjetivação que possibilitam o estabelecimento de relações singulares dentro desse contexto.

As possibilidades de relações, especialmente no caso do Brasil, respaldando-se em estudos (LIMA, 1997: 92) que têm encontrado o envolvimento com SPA tanto por parte de jovens oriundos de lares convencionais quanto de famílias recompostas, não dependem necessariamente, portanto, da configuração deste lar, até porque “[...] a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade.” (SARTI, 2004a, 199), que precisa ser olhada sem discriminação, preconceito ou conservadorismo.

Por outro lado, para além da avaliação de uma relação que poderia ser estabelecida entre o uso e abuso de SPA por jovens e o tipo de lar onde ele teria sido criado, a qual acaba sendo prejudicada pelas evidências de estudos, outra dimensão não pode ser desprezada, qual seja a da diversidade de constituições familiares por conta de condição social e econômica.

Neste sentido, Cynthia Andersen Sarti apresenta a importância da família para aquela parcela da população que, por não possuir o status de poder do nome de família que lhe levaria ao “[...] uso do sobrenome para delimitar o grupo familiar [identificam a família

como uma] rede de obrigações que se estabelece: são *da família* aqueles *com quem se pode contar*, [...]” (SARTI, 2005, p. 85). São, portanto, da família, aqueles que, com afeto e responsabilidade, estabelecem os limites na educação dos jovens. A idéia de família que se estabelece em um eixo moral. É ainda Sarti que explica: “Suas fronteiras sociológicas são traçadas a partir de um princípio da obrigação moral, que fundamenta a família, estruturando suas relações.” (2005, p. 85)

No entanto, para não perder de vista o caráter histórico da instituição, considere-se ainda que “[...] a família, além de sofrer importantes abalos internos, tem sido alvo de marcantes interferências externas.” (SARTI, 2004a, p. 194) Trata-se aqui das interferências que começam a se definir com a Revolução Industrial, a qual, não apenas vai instituir a família como espaço privado, contrapondo-a ao espaço público do trabalho. Mais que isto, propiciará um grande impacto com um desenvolvimento tecnológico que chega a interferir na própria reprodução humana. Desta forma,

[...] as intervenções tecnológicas sobre a reprodução humana introduzem uma tensão no imaginário social no que se refere ao caráter ‘natural’ atribuído à família. [...] Esta forma de intervenção tecnológica é fundamental no que se refere aos laços e responsabilidades familiares. (SARTI, 2004a, p. 196, 197)

São considerações que contribuem para reforçar o alerta lançado por Castro e Abramovay (2002), da existência de literatura que minimiza o poder que teria a família na definição do comportamento e da vontade dos jovens. No entanto, é preciso considerar que “A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas com as quais se constroem a auto-imagem e a imagem do mundo exterior. Assim, é fundamentalmente como lugar de aquisição de linguagem que a família define seu caráter social.” (SARTI, 2004b, p. 120)

Segundo Winnicott (1993), o indivíduo só atinge sua maturidade emocional num contexto em que a família proporciona um caminho de transição entre o cuidado dos pais e a vida social. Entretanto, o processo de amadurecimento emocional não está restrito apenas ao contexto familiar, tendo, portanto, outros condicionantes. No entanto, não é possível deixar de reconhecer a importância do papel da família na vida do sujeito, na medida em que "facilita" (ou não) seu crescimento e amadurecimento emocional.

Mas a família como unidade composta e formada por vínculos também representa suas próprias relações, seus membros e a interação desses com outros agrupamentos por construções que se apóiam em materialidades e fantasmas, contextualizados. É quando o

imaginário sobre drogas rebate ao nível de pais, mães e outros membros de forma particular; quando projeções, culpas e expectativas se retroalimentam. Tem-se, portanto imaginários que fazem parte de uma época, de classes sociais e de grupos familiares, como por exemplo, a máxima que cabe aos pais responsabilidade no comportamento em relação a drogas por parte dos filhos, ou a comum referência de que os filhos são levados às drogas por forças externas, “certas influências”.

A seguir o conceito de imaginário é apresentado para que se possam estabelecer os nexos existentes entre família e substâncias psicoativas, utilizando esse conceito. Parte-se da premissa de que as famílias, através das suas formações imaginárias sobre o que entendem por suas próprias identidades e responsabilidade, percebem a presença das substâncias psicoativas. Como mais se reflete no capítulo seguinte, a percepção - no caso sobre drogas e lugar da família - é condicionada por construções individuais e/ou coletivas, conscientes ou não, que não podem ser desprezados, sob pena de não abarcá-las na sua totalidade.

3 O IMPACTO DO CONCEITO DE IMAGINÁRIO NA CONTEMPORANEIDADE

A atitude da família frente ao consumo de substâncias psicoativas pode ser investigada através de diversas perspectivas. Neste estudo, optou-se por um recorte que focaliza o conceito de imaginário através de contribuições teórico-metodológicas da sociologia e da filosofia. Este capítulo se inicia com um breve histórico do conceito, apontando sua trajetória histórico-filosófica, para, em seguida, inserí-lo no contexto das substâncias psicoativas.

O conceito de imaginário tem suas raízes num passado bastante remoto. Para Castoriadis (1985), há uma sucessão de movimentos de descoberta e de ocultamento que marcaram a história da questão da imaginação. Segundo ele, o primeiro a descobrir a imaginação de alguma maneira desvinculada da percepção foi Aristóteles, para quem “[...] a alma nunca pensa sem fantasma.” (CASTORIADIS, 1985, p. 70). *Fantasma* e o correspondente adjetivo *fantasmático* indicavam a origem inconsciente da imagem, mas Platão deixou de lado o conceito, que passou por um período de “esquecimento”.

A questão retorna com Kant que também apresenta uma idéia de imaginação mais abrangente do que a simples faculdade de produzir imagens. Para ele a imaginação é a faculdade de síntese entre as intuições e os conceitos (EWALD, 1996). Hegel, em sua juventude, radicaliza o movimento iniciado por Kant e Fichte, colocando a imaginação não como “[...] um termo médio, [mas como] o que é primeiro e originário.” (EWALD, 1996, p. 68), deslocando, posteriormente, a ênfase da imaginação para a memória, relegando a imaginação à psicologia e fixando seu lugar entre a sensação e a intelecção.

Heidegger restaura a questão da imaginação como questão filosófica, mas também recua, e em seus escritos posteriores não se encontram mais traços da imaginação. Essa hesitação persiste em Meleau-Ponty, o que faz Castoriadis questionar como compreender essa hesitação “[...] que ora faz do imaginário um sinônimo da ficção irreal, do inexistente sem frase, e ora vai quase até a dissolução da distinção do imaginário e do real.” (1985, p. 69).

Barbier (1994) resume a história da imaginação, distinguindo três fases, sem um critério cronológico, mas refletindo as três principais posições frente ao imaginário. Como

se pode perceber, as duas primeiras posições se opõem, enquanto a terceira tenta uma conciliação.

A primeira fase é chamada de fase da sucessão, caracterizada pela dicotomia entre real e imaginário, tendo suas bases no pensamento grego pós-socrático. Têm seguidores ilustres ao longo do tempo, desde Platão, Descartes, e na contemporaneidade, Alain e Sartre.

A segunda é a fase da subversão, representada pelo movimento romântico do século XIX, “[...] quando o imaginário torna-se o único real e a imaginação, o caminho da realização. (BARBIER, 1994, p.17). Nessa fase, a ambigüidade permanece e é o surrealismo que tenta a consolidação, opondo o surreal a dupla real/imaginário. Mas essa oposição demonstra que esse par não está ainda reconciliado no surreal.

Para Barbier, essas duas fases eram necessárias para a ocorrência da terceira, a fase da autorização, que se inicia no final do século XX, e caracteriza-se pelo “[...] reequilíbrio da atualização e da potencialização dos pólos do imaginário e do real/racional.” (BARBIER, 1994, p.18). Essa fase se inicia com Bachelard, para quem o imaginário tem uma função psíquica tão importante quanto o real, mas que mantém ainda o dualismo, já que, para ele, é impossível uma síntese entre conceito e imagem, sendo absurdo pretender-se estudar objetivamente a imaginação.

Nessa mesma linha está Gilbert Durand, fundador, em 1966, do Centro de Pesquisa sobre o Imaginário (CRI) em Grenoble. Em parceria com Yves Durand (1987) faz diversas pesquisas, acreditando que o estudo do imaginário refere-se ao estudo do distanciamento entre a percepção da imagem e sua representação mental. Para eles, as construções imaginárias caracterizam-se por uma dimensão teleológica que visa à transformação da realidade.

A pesquisa aplicada aos símbolos tem, de maneira geral, duas opções metodológicas, a perspectiva estrutural e a perspectiva psicanalítica (elucidação do sintoma). G. Duran propõe uma opção intermediária, o "trajeto antropológico", que opta por um modelo de caráter sintomático e qualitativo em detrimento da pureza dos métodos, ao mesmo tempo em que abandona os conceitos psicanalíticos por uma concepção mais flexível da Natureza Humana.

G. Duran e Y. Duran (1987) trabalham metodologicamente com o AT-9, "teste" experimental composto por nove arquétipos, acreditando ser possível uma análise experimental do imaginário, o que é contestado por alguns autores como Salson (BARBIER, 1994, p. 19).

Explicando a fenomenologia sartriana, para quem a imaginação é consciência espontânea (o objeto da imagem nada mais é que a consciência que temos dele), Ewald (1996) utiliza-se de uma metáfora: ao tomarmos um objeto da percepção (portanto real) este estará sujeito a todas as condições físicas que se exercem sobre ele. Assim, se pegarmos a cadeira em que estamos sentados e a colocarmos sob a chuva, ela sofrerá as agruras do tempo e lá ficará até que alguém a retire. Mas, em nossa imaginação, poderíamos criar uma cadeira e colocá-la na chuva e ela poderia não se molhar e, “[...] mesmo debaixo de chuva, ela pode pegar fogo, mudar de cor, de forma de material, ou mesmo desintegrar-se com um raio que saiu do "martelo de Thor" e virar nada.” (EWALD, 1996, p.36).

Para Ewald, essa imagem é idiossincrática, pois possui um sentido afetivo dado a partir de um EU. “A imagem construída pela imaginação é como um "análogo" das coisas do mundo, seja porque está no lugar das coisas, seja porque nos faz imaginar coisas através de outras. Mesmo assim é nada.” (EWALD, 1996, p.44).

C. Castoriadis identifica o sentido corrente dado ao imaginário:

[...] falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa 'inventada' – quer se trate de uma invenção 'absoluta' (uma história inventada em todas as suas partes), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações 'normais' ou 'canônicas' ('o que você está imaginando?', diz a mulher ao homem que recrimina um sorriso trocado por ela com um terceiro), Nos dois casos, é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se no lugar (uma mentira) ou que não pretende fazê-lo (um romance) (1982, p.154).

Na medida em que o imaginário está vinculado a um objeto ou relação que não existe, e nunca existiu, Castoriadis (1982) fala de um imaginário "último" ou "radical", como origem comum tanto do imaginário efetivo, quanto do simbólico. Para ele, Deus é uma significação imaginária, já que não vem nem de uma percepção (real), nem de um pensamento (racional), “[...] o imaginário social, tal como o entendemos, é mais real do que o 'real'” (p.170). Segundo o autor, o imaginário utiliza-se do simbólico não apenas para

expressar-se, mas para existir, da mesma maneira que o simbólico existe graças à capacidade imaginária. (CASTORIADIS, 1982, p.159).

Para Castoriadis, o imaginário total ou radical está ligado à *psiquê-soma*, é o fluxo representativo, afetivo, intencional, assim como o imaginário social está ligado à posição, criação, fazer ser, é “[...] o rio aberto do coletivo anônimo” (CASTORIADIS, *apud* BARBIER, 1994, p. 165).

Maffesoli (1993) fala de uma rebelião do conceito de imaginário que, por tanto tempo desprezado e esquecido, reaparece como uma onda violenta que chega e que nada pode deter (p. 6). Propõe um neologismo (já referido por Henri Corbin e Gilbert Duran): o ressurgimento de um mundo "imaginal", que indica “[...] de modo geral, a espécie de mistura de grandes ajuntamentos de tudo que se refere às imagens, aos imaginários, à imaginação e ao simbólico na vida social” (p. 6). Para ele, não há qualquer campo da vida social que não esteja contaminado por este mundo imaginal.

No campo acadêmico, por exemplo, não basta escrever-se um bom livro, é necessário apresentá-lo, colocá-lo como imagem (imprensa, TV, reuniões de grandes públicos etc.). No campo religioso, salienta um aspecto genial do Papa contemporâneo que sabe, em suas viagens, representar o "homem da realidade", colocar-se em espetáculo; ou então os evangelistas de TV que, tanto nos EUA como aqui no Brasil, nos mostram como o que era da ordem do privado aparece como um grande espetáculo (ordem da imagem).

Um terceiro campo apresentado como exemplo por Maffesoli é o da política, onde, atualmente, passou-se da convicção para a sedução. Ou seja, não é tão importante convencer racionalmente o eleitor de que as idéias e projetos daquele político são melhores, mas sim, trata-se de conseguir seduzir as pessoas, convencidas ou não. Desse ponto de vista, a política também se tornou um grande espetáculo, com a utilização da publicidade, de grandes paradas e de grandes mobilizações.

Concorda-se com Maffesoli que a imagem gera uma epidemia que contamina todos os campos; mas é importante destacar que essa rebelião do imaginário, que interfere nas esferas públicas, também toca as esferas privadas, especialmente pelo viés da televisão. Assim como no público, nada, na ordem do privado, escapa à influência do imaginário. E o autor adverte para uma grande dificuldade: “[...] nossa instrumentação teórica não está, até

o presente, adequada para compreender o impacto desta espécie de rebelião do imaginário.” (MAFFESOLI, 1993, p. 8).

Em sua tese, Maffesoli (1993) acredita que estamos mergulhados em um clima cultural onde somos mais pensados do que pensamos, onde se age mais sobre nós do que agimos. Isso significa que, se na modernidade, marcada pela episteme racional, um indivíduo era ator e mestre de sua história, agindo a partir de sua razão, na pós-modernidade o clima cultural nos domina mais do que o dominamos. É a nova episteme imaginal. Com a estética superando a ética, o pós-modernismo surgiu, segundo David Harvey (1992) em um clima de super-acumulação de capitais, de construção e exibição de imagens, de novas conformações sociais e de uma negação de sua discussão histórica e geográfica.

Esta pós-modernidade é marcada por “[...] saudáveis movimentos de reprovação e de repulsa [...]” (JAMERSON, 2005, p. 9) a características da modernidade tais como o ascetismo, o autoritarismo e a teleologia da sua estética, além do culto ao gênio, que não significam a “[...] sua liquidação em bloco [...]”. (JAMERSON, 2005, p. 9). Dela, Harvey, ao se referir à nova cidade, afirma que

Ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos infundidos de um sentido de efemeridade e de caos, são, talvez, os temas que dominam as atuais práticas da arquitetura e do projeto urbano. E, evidentemente, há aqui muita coisa em comum com práticas e pensamentos de muitos outros campos, como a arte, a literatura, a teoria social, a psicologia e a filosofia. (HARVEY, 1992, p. 96).

A ação do indivíduo transforma ou reproduz a sociedade, enquanto esta se torna condição para a ação individual através do processo de socialização. Assim, os valores culturais orientam e dão direção ao processo de desenvolvimento – subjacente ao qual se encontra a construção da identidade – mas não o determinam.

Maffesoli (1993), explicando essa nova episteme imaginal, enfatiza a moda (vista de maneira geral) como a contaminação dos que estão próximos uns dos outros. O que era singular passa a ser plural coletivo. Para ele, a moda manifesta esse clima no qual não se é mais mestre de si mesmo, mas tão somente um ator dentro de uma teatral idade geral. Essa idéia de "ser, ou fazer, como o outro" que a moda traz, faz com que as idéias não sejam mais produzidas pela individualidade, mas pelos pequenos (ou grandes) grupos, e aí o que vai predominar é o sentimento coletivo. Esse aspecto é importante no processo de

desenvolvimento da identidade pelo jovem já que, para cada ator desses grupos, o que predomina é o sentimento de pertencimento.

Entende-se que essa necessidade de agrupamento aparece mais nítida nos adolescentes que, pelas características bio-psico-sociais da transição, precisam ainda mais da companhia de seus iguais para partilhar alegrias, problemas e segredos. Maffesoli (1996) considera que a pessoa constrói-se na e pela comunicação. “[...] ela [a pessoa] tem um forte componente hedonista, isto é, todas as potencialidades humanas: a imaginação, os sentidos, o afeto, e não apenas a razão, participam dessa construção.” (p. 310). Naturalmente, essa necessidade de afeto, essa lógica do tocar, não é exclusividade dos adolescentes, pois aparece como uma característica da vida social. No entanto, é maior na adolescência, por ser este período da transição.

Beber junto, jogar conversa fora, falar dos assuntos banais que pontuam a vida de todo dia provoca o ‘sair de si’ e, através disso, criam a aura específica que serve de cimento para o tribalismo. Como se vê, não é necessário reduzir o êxtase a algumas situações extremas particularmente tipificadas. O dionisíaco remete, seguramente, à promiscuidade sexual e a outras efervescências afetuais e festivas, mas também permite compreender a elaboração das opiniões comuns, das crenças coletivas ou da doxa comum. Em resumo, são estes ‘quadros coletivos da memória’, para retomar a expressão de M. Halbwachs, que permitem ressaltar as ‘correntes de experiência’, o que é vivido [...] (MAFFESOLI, 1987 p. 38).

A ênfase no imaginário leva uma nova luz à dialética existente entre as representações individuais e as representações coletivas. Se a modernidade repousava na dicotomia entre essas representações, na pós-modernidade aparece o inverso, há uma "confusão" entre o individual e o coletivo, uma "viscosidade" que está no ar e que faz com que se tenha a tendência a tocar o outro, perder-se nele, pertencer, corresponder.

Acredito que uma das grandes características desta pós-modernidade é o fato de não estarmos mais frente a um ego transcendente, a um ego solitário, a um ego que permanece em sua fortaleza, nesta espécie de solidão característica do ego moderno, mas que, pelo contrário, existe verdadeiramente um processo de fusão que tende a fazer com que o eu seja pressionado a fazer como o outro. (MAFFESOLI, 1993 p.12).

As construções imaginárias não podem ser vistas como guiadas por forças puramente mecânicas; elas têm um significado derivado de seus propósitos, intenções, que são responsáveis pela proliferação de alternativas. Dessa maneira, nossa percepção dos fenômenos é influenciada por propósitos ou objetivos individuais e/ou coletivos, conscientes ou não.

O imaginário social se compõe de relações imagéticas que fazem parte de uma cultura e é produzido coletivamente através dos contatos cotidianos de um grupo social (MORAES, 1994). Baczko (apud MORAES, 1994), acredita que, através do imaginário, pode-se conhecer os sonhos, medos e esperanças de um povo, já que este esboça sua identidade e objetivo, encontra inimigos e organiza seu passado, presente e futuro através do seu imaginário. Para Baczko, o imaginário, expresso por ideologias, símbolos, rituais e mitos, modela a forma como os indivíduos vêm seu mundo e como se conduzem dentro dele, na busca de preservação da ordem ou promoção de mudanças.

Visto dessa maneira, o imaginário não é a simples percepção do real. Ele lhe dá sentido, o constrói simbolicamente por meio de imagens. Assim, o real chega a nós "contaminado" por esses símbolos, investido de certas significações determinadas pelo imaginário. É através desse imaginário que se pode entender o passado e antecipar as possibilidades futuras. São essas imagens, esses símbolos, que, investidos de determinados sentidos, nos permitem a mediação social.

Como se pode, então, definir o "real", o "fato", a "verdade"? A "verdade" seria a coincidência entre o fato e o que foi dito sobre ele? Se o real nos chega contaminado por imagens simbólicas, a "verdade" é uma crença, sancionada pelo grupo social, disseminada por alguém que tenha o poder de anunciá-la. Essa sanção, dada pelo grupo, pode ser atestada pelo saber institucionalizado ou não e, neste caso, colide com o imaginário social que, como bem coloca Moraes, “[...] é a vivência subjetiva de um pensamento não-verificável.” (1994, p. 47).

A idéia de usar o conceito de imaginário objetiva discutir relações entre o real e o imaginado bem como o inventado, a partir de re-elaborações do real, entremeadas por projeções, convivências, vivências e idealizações, além de uma materialidade existencial que linearmente se associaria as formas de pensar.

3.1 CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Tratar socialmente a questão do uso e do abuso de drogas (sejam elas lícitas ou ilícitas) significa compreender a complexidade das relações sociais estabelecidas nesse contexto; imaginários, suas representações e significações, levando-se em consideração a história de vida do indivíduo, sua subjetividade, singularidade e visão de mundo. Além

disso, deve-se buscar entender o lugar que a droga ocupa na vida desse indivíduo e na sociedade, e o tipo de relação que esse indivíduo e essa sociedade estabelecem com determinadas substâncias.

Os diferentes tipos de relação entre o sujeito e a substância psicoativa, na sociedade atual, devem ser pensados de forma multidisciplinar, tendo em vista a rede de fatores (sociais, econômicos, políticos, psicológicos, religiosos, históricos etc.) implicados no fenômeno, e levando-se em conta a forma como esses fatores atuam na *subjetividade* e no *processo de singularização* do indivíduo. As substâncias psicoativas não têm efeito em si, mas em uma pessoa. Elas não causam dependência, mas correspondem a um potencial de dependência humana, ligado à estruturação de personalidade de cada um.

O debate sobre formas variadas de representação social das drogas lícitas e ilícitas, introduzidas pelo presente trabalho, parte do pressuposto defendido por Olivenstein, que diz: “[...] a dependência de drogas não deve ser considerada somente como um fenômeno psicoquímico, mas um fenômeno ativo, voluntarista, um modo de existência, uma relação com a vida.” (OLIVENSTEIN, 1985, p.98). Em outras palavras, a droga existe independente do usuário; o seu consumo só é possível com a participação do indivíduo; o uso, o abuso ou a dependência só podem ser definidos a partir da relação triangular entre o sujeito, a droga e o contexto em que essa droga é consumida.

Segundo Guattari:

[...] quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos com um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, nós vamos viver e morrer numa relação totalmente singular com esse cruzamento. O que é verdadeiro para qualquer processo de criação é verdadeiro para a vida. (1996, p.69).

Ainda para Guattari (1996, p. 33), “[...] a subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares”. O autor se refere à subjetividade como algo produzido pela "máquina capitalística"⁸ que atua tanto em nível individual quanto social. Segundo Guattari:

⁸ Guattari acrescenta o sufixo "Ístico" a "capitalista", por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do Terceiro Mundo ou do capitalismo "periférico", assim como as economias que até algum tempo atrás eram ditas socialistas, mas que na "verdade viviam numa espécie de dependência e contra-dependência do capitalismo. Segundo Guattari, do ponto de vista do modo de produção da subjetividade, todas essas sociedades funcionam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social,

[...] o que há é simplesmente uma produção de subjetividade. Não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. (1996, p.178).

A partir dessa argumentação, o autor propõe a idéia de que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, a que ele chama de processos de singularização:

[...] uma maneira de recusar todos esses modos de codificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telemando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (GUATTARI, 1996, p. 17).

Assim, pode-se pensar que as diferentes formas de relação sujeito/droga, verificadas no atual cenário social, expressam singularidades construídas a partir do vivido no cotidiano de cada indivíduo, influenciadas por fatores que funcionam ora como "protetores", ora como "de risco" para a sua saúde e para a sua vida.

A droga no mundo contemporâneo é globalizante. Tanto ela quanto o usuário e as conseqüências engendradas do consumo extrapolam toda e qualquer individualização, seja de pessoa ou lugar, ou ainda de tempo. Para Espinheira (2004, p. 24), “estar no mundo” e “ser no mundo” implicam no contexto da pessoa no espaço urbano, na estratificação social, nas fases da vida, na afirmação possível ou precária de suas identidades.

3.2 SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E SENSO COMUM

Em um de seus trabalhos, Jodelet (1989, *apud* WAGNER, 1997) estudou a representação social de doença mental em pequenas vilas francesas onde os doentes mentais são hospedados com as famílias locais. Uma das crenças apresentadas pelos indivíduos da comunidade é a de que se deveria lavar os pertences da pessoa “louca” em separado, para evitar a contaminação. Esse pode ser um exemplo claro de imaginário social no sentido dado por Castoriadis, ou seja, imaginário porque se refere a uma representação

que não tem respaldo na ciência ou na existência, social porque coletivo (pertencente ou comum a um determinado grupo social), ou seja, é culturalmente inventado.

Nesse sentido do que é “culturalmente inventado”, não há exagero em se afirmar que as drogas são vistas por uma grande parcela da população como um dos flagelos desse e do século passado, cúmplice da Aids e de toda a variedade de crimes e delinquências. Ao lado da vulgarização do conhecimento pela mídia e por diversificadas ações, estruturadas ou não, de caráter preventivo, o que se sabe sobre elas no senso comum guarda uma enorme distância do que efetivamente são, e as formações imaginárias em relação aos que dela fazem uso terminam por reforçar a tendência ao consumo, à marginalização e, sobretudo, à criminalidade.

Estamos assim diante de um paradoxo, pois quanto mais ‘informado’ menos se sabe, e quanto mais se faz ‘prevenção’, mais se produz o efeito contrário do estímulo, sobretudo quando se volta para os adolescentes. Neste contexto, extremamente confuso, está subjacente a situação de quase pânico, de medo permanente que permeia as relações entre pais e filhos, que alimenta uma percepção do mundo social construída no estado de ‘consciência alterada’, psicologicamente estimulada, não por substâncias químicas, mas pela desinformação, pelos preconceitos e estereótipos. (ESPINHEIRA, 1993, p3, 4).

Trataremos, a seguir, dessas formações imaginárias mais presentes na sociedade sobre as substâncias psicoativas.

A primeira das formações imaginárias consiste em não se considerar as drogas legais ou lícitas – por exemplo, o álcool, tabaco e medicamentos tranqüilizantes – como as principais produtoras de dependência química, no Brasil como em quase todos os países ocidentais.

Segundo Nery Filho, ninguém pensa no álcool ou tranqüilizantes como “drogas”, sendo as substâncias psicoativas mais consumidas no Brasil e as que mais causam sérios danos. (JACOBINA e NERY FILHO, 1999, p. 33).

Diversos estudos clínicos-epidemiológicos têm abordado a relação entre o alcoolismo e acidentes de trânsito. Segundo Boa Sorte (1998), no ano de 1889 houve apenas uma morte por acidente de trânsito nos Estados Unidos. Essas estatísticas mudaram drasticamente de lá pra cá, calcula-se que no mundo ocorrem ao ano cerca de 700.000 mortes em consequência de acidentes de trânsito e mais de quinze milhões de feridos. De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito, no ano de 1994 morreram, no local do acidente, 31.471 pessoas no Brasil, sem contar com aquelas que faleceram após o acidente

por causas relacionadas a este. A maior parte desses acidentes ocorre por falha humana, e mais especificamente, em função do uso abusivo do álcool.

Esses dados aparecem também no estudo desenvolvido por NERY FILHO; MEDINA; MIRANDA (1995), sobre o consumo de bebidas alcoólicas e a respectiva alcoolemia e sua relação com a direção. Seus resultados mostram que entre os indivíduos com níveis elevados de alcoolemia, 36% informaram que ainda iriam dirigir, 25,5% relataram envolvimento anterior em acidente conduzindo veículo (1 em cada 4) e, entre estes, 37% referiram uso de bebida alcoólica na ocasião.

Foi também observado um aumento de consumo com a idade (ALMEIDA-FILHO, 1988b; MEDINA, 1994 e 1995). No entanto, o que mais chama a atenção com respeito a essa relação é a precocidade do uso do álcool, refletida nas elevadas taxas de prevalência em adolescentes de pouca idade. Almeida-Filho e Col. (1988a) observaram um consumo semanal de álcool em 45,5% das crianças com menos de 10 anos de idade. Em um inquérito realizado com 1.644 alunos de uma rede de escolas, MEDINA (1995) observou que 24,1% deles afirmaram ter usado bebida alcoólica pela primeira vez com menos de 10 anos de idade e 72,5% tiveram seu primeiro contato entre 10 a 14 anos.

Os índices observados com relação ao consumo de álcool entre a população geral e estudantes obviamente não traduzem per se o “uso relacionado a problemas” ou a dependência, mas são fortes indicativos da ampla difusão desse hábito e sustentam a hipótese da gravidade da situação relacionada ao álcool, portanto sendo a relação entre álcool e acidentes de trânsito da ordem do real, a sociedade precisa compreender que o álcool é a substância química mais consumida no Brasil, produtora de dependência química e está diretamente associada aos acidentes de trânsito.

Uma segunda associação imaginária é a de que qualquer uso resultará numa dependência. O fato de experimentar não significa necessariamente dar o primeiro passo para a dependência. Zinberg (1984) desenvolveu um estudo, onde verificou que há uma larga escala de padrões de uso. Alguns indivíduos podem manter o uso de drogas sob controle, evitando os efeitos destrutivos, o uso excessivo ou o abuso. Ele supõe que este controle possa se dar por meio de sanções e/ou rituais. Richard Bucher diz que “[...] o uso de drogas não leva, automaticamente a estados de dependência. Passa-se ao abuso com a perda de controle sobre o uso, em consequência de certas dificuldades (fatores de risco),

que variam de pessoa para pessoa, mas também do contexto social e familiar." (1995, p.10).

Uma terceira construção social que é feita é a associação existente entre drogas ilícitas, exclusão e marginalidade. Segundo Espinheira (1993), nossa cultura ainda não reconheceu o uso controlado das drogas ilícitas. Todos os usuários são declarados "desviantes", e são uma "ameaça" para a sociedade, ou são "doentes" necessitando de ajuda, ou "criminosos" passíveis de punição. Para ele, a inter-relação de fatores de personalidade e sociais é que determina a qualidade do uso de drogas. O impacto que o uso de drogas ilícitas causa na família pode provocar reações de rejeição e exclusão do usuário, levando, muitas vezes, ao aumento do consumo. Além disso, o "terror" que habita o imaginário social com relação a essas drogas, frequentemente, leva à banalização do uso de outras drogas (lícitas), que, se usadas de forma abusiva, podem provocar efeitos tão destrutivos quanto o das primeiras.

Uma quarta associação imaginária é a vinculação reducionista do uso de drogas ilícitas à improdutividade e à violência. E, dentro dessa visão, o consumo de drogas ilícitas pode ser visto como um coadjuvante deflagrador de diversas formas de violência. Contudo, muitos desses discursos não se apóiam, necessariamente, em fatos presenciados de agressões por usuários. Também são ambíguas as referências que estabelecem nexos entre violência contra terceiros e uso de drogas. “Uma droga não é capaz de provocar um comportamento homicida. No máximo, a droga liberta um comportamento homicida. No máximo, a droga liberta uma tendência contida. Ela mostra aquilo que a pessoa tem como patrimônio psíquico” (XAVIER, 2002, p.97).

Segundo Castro (2002, p.386), outra forma de associar drogas à violência ocorre quando se remete às relações que os jovens estabelecem com o tráfico – muitas vezes para garantir o consumo – um ambiente extremamente violento, no qual a inserção tenderia a ser definitiva. Sendo um fenômeno de dimensão internacional, sua repercussão na sociedade brasileira exhibe problemas sociais graves, principalmente nas grandes cidades. Intimamente ligado ao tráfico de armas, o tráfico de drogas nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos brasileiros arregimenta um número cada vez maior de jovens, que acreditam que

[...] os riscos envolvidos são compensados por gratificações sociais que nem se colocavam para a geração de seus pais, pois estes ocupavam posição subalterna no mundo hierarquizado. O acesso à droga e à arma é a base desse estilo de vida, que torna possível usufruir uma pauta de bens de consumo e um prestígio que facilita, entre outras coisas, o sucesso junto às mulheres e o temor entre os homens. [...] De um modo bastante vigoroso esses jovens explicitam sua rejeição ao tipo de vida dos pais e dos avós. A trajetória de trabalhadores modestos, repleta de dificuldades e frustrações, marcada pela pobreza, é encarada como algo a ser negado e evitado. (VELHO, 1996, p. 20).

Uma quinta associação imaginária seria a relação das drogas feita somente sobre o consumo e não sobre a economia. Razões econômicas, políticas e sociais fizeram do comércio das drogas um investimento dos mais lucrativos nos últimos tempos, estimulando a especulação da dependência e do consumo. E isso se refere tanto às drogas lícitas, quanto às ilícitas. Sobre o consumo do álcool, por exemplo, Sanchez e Sanchez dizem:

A 'permissividade' das culturas tem sido apontada como a responsável direta por esse estado de coisas. Entretanto, o negativo da permissividade implica a idéia de repressão ao consumidor, mais ou menos cega, como forma de solucionar o problema. Essa repressão já existe e parece que dela nada de positivo resulta. [...] As sociedades de base competitiva, para além da atitude repressiva, trazem os germes do estímulo para o consumo de toda a gama de estupefacientes, que se presta a dissolver as reivindicações do cidadão inconformado, inquieto ou angustiado. (SANCHEZ e SANCHEZ, 1982, p. 143).

Quanto às drogas ilícitas, constatamos seu comércio articulado ao tráfico de armas, misturando-se a negócios oficiais de exportação e importação e revelando-se como uma das atividades mais lucrativas de que se tem conhecimento.

Nota-se certa transferência de medos e inseguranças generalizados nesses tempos, quando o não-controlado, “o estranho”- como as drogas- seria considerada a principal causa de insegurança e violência. Em contraponto a esse sentido,

[...] as drogas, são, portanto, coisas e meios. A natureza e a qualidade das drogas e seus significados sociais no espírito de época são menos importantes do que as formas e os sentidos socioculturais e psicológicos do estar no mundo e de ser no mundo. Eis portanto, os tempos e os espaços das drogas: os tempos e os espaços sociais e culturais da existência. (ESPINHEIRA, 2004, p.24).

3.3 IMAGINÁRIO, SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E MÍDIA

Não sendo o objetivo central deste trabalho, as breves observações feitas a seguir sobre a veiculação jornalística a respeito da questão do uso de “drogas”, buscaram apenas apontar para características gerais da abordagem midiática que nos interessam aqui. Se, por

um lado, elas relevam como as falas autorizadas são cuidadosamente editadas na abordagem cotidiana dos jornais, por outro, apontam para a complexidade da abordagem midiática do tema “drogas”, muitas vezes tratado de maneira simplista, como mera manipulação.

A mídia tem um papel muito importante quando trata das questões relacionadas às substâncias psicoativas, trazendo como informação para a população em geral, aspectos “distorcidos” ou distantes do conhecimento científico. Possivelmente são representações exaltadas por crenças (enganosamente respaldadas pela ciência), disseminadas por informações ilusórias ou tendenciosas, necessárias para validar políticas repressivas contra o *Inimigo nº 1* de nossa juventude: as drogas ilícitas, mas que falaciosamente, deixa de lado as substâncias psicoativas lícitas, entre as quais as bebidas alcoólicas, especialmente as não destiladas, como é o caso da cerveja, já abordada anteriormente.

As substâncias psicoativas lícitas, principalmente o álcool, vêm merecendo um papel secundário no imaginário da mídia em relação às substâncias psicoativas ilegais, como se nota no estudo realizado por Beatriz Carlini-Cotrim (1995). Em um jornal diário de São Paulo, constataram que, durante os anos 60 e 70, apenas uma pequena parte dos artigos sobre substâncias psicoativas tratava do álcool, e ainda assim, em sua grande maioria, desvinculado da realidade brasileira. Apenas nos anos 80 essa realidade passou a ser melhor observada, porém o número e importância desses artigos estava muito aquém daqueles dedicados às drogas ilícitas.

Dos 1.771 artigos encontrados no período de 1960-1989, 66% eram referentes às drogas ilícitas, 11% versavam sobre o álcool, e 23% eram dedicados ao tabaco.

Em relação aos artigos referentes às drogas ilegais, na maioria dos casos eram dedicados à maconha, cocaína ou anfetaminas, sendo que 59,6% dos artigos falavam sobre o tráfico de drogas, 32,1% sobre o consumo e/ou prevenção do consumo entre a população em geral, e apenas 8,3% do número total de artigos eram dedicados ao consumo e/ou prevenção do consumo na população estudantil. Além disso, uma grande parte dos artigos referentes ao consumo de substâncias psicoativas ilícitas por estudantes apresenta uma visão estereotipada dos usuários e de suas histórias, apresentando os jovens como curiosos e inocentes, relacionando essas substâncias com atividades sexuais consideradas desviantes, como o homossexualismo e a prostituição, e, finalmente, a grande maioria dos

artigos refere-se ao tráfico de drogas ilegais por pessoas aparentemente inofensivas, como porteiros de escola, vendedores de pipoca, colegas estudantes etc.

Quanto ao conteúdo e estilo dos artigos, é relatado que, na década de 60, os artigos eram *cautelosos*, colocando o problema como de pequenas dimensões no Brasil. Quanto à década de 70, durante o período de maior repressão política (1968-1975), os artigos relacionavam o uso de substâncias psicoativas ilegais com a participação em atividades *politicamente subversivas*. Já na década de 80, o discurso muda da discricção para o alarme, transformando o problema em epidemia. E esse alarme não está ligado às substâncias psicoativas legais, mais consumidas no país (álcool, tabaco, inalantes e medicamentos), mas às drogas ilegais, que têm relativamente baixo consumo no Brasil, principalmente entre jovens e adolescentes.

Como se justifica essa incoerência? Alguns estudos, citados por Carlini-Cotrim (1995), nessa mesma pesquisa, sugerem que o Brasil tem aparecido como uma das principais rotas internacionais do tráfico de drogas ilegais, ligando os produtores da América do Sul ao resto do mundo. Assim, muitas verbas de organizações internacionais têm entrado no país para o combate ao tráfico. De qualquer modo, é difícil justificar o montante de recursos destinado à repressão ao tráfico e consumo de substâncias psicoativas ilícitas, num país que ainda luta contra a fome, o analfabetismo e epidemias como a cólera, dengue e tuberculose.

Antonio Escohotado afirma que o homem comum tem sido receptivo às "campanhas" anti-drogas, mostrando-o "[...] bombardeado pela propaganda com clichê como a chamada "espiral do entorpecente", segundo a qual bastaria alguém aproximar-se de fármacos proibidos para cair no vício e no crime [...]" (1994, p. 35), quando, na verdade, apenas cerca de 0,01% dos usuários tornam-se dependentes ou toxicômanos.

No caso do álcool, em especial, podemos notar que as propagandas têm um efeito importante nesse imaginário, são inúmeras *idéias fora de lugar* (SCHWARZ, 1973) ou *com muitos lugares* (ORLANDI, 1993). Mas não são apenas os noticiários que influenciam o imaginário coletivo sobre o consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

Os meios de comunicação de massa "retocam" a realidade de maneira a torná-la mais atraente, mais plástica (hiper-realidade), intensificando sua cor, forma, tamanho, tornando-a sedutora. As imagens são criadas visando à "sedução do sujeito". Mais uma

vez, pode-se utilizar como exemplo as propagandas de cigarros e bebidas alcoólicas. Um homem ou uma mulher perfeitos, esportistas felizes, bonitos, elegantes, seguram e trazem o cigarro de uma forma lúdica, mágica, demonstrando tal êxtase, que leva nossa imaginação a "ver" o éden atrás do uso do tabaco. O mesmo se pode dizer do álcool, onde a cerveja, por exemplo, aparece de tal forma gelada, "suando", com tais cores, envolvendo artistas de tal modo famosos e músicas tão na moda, que parece impossível resistir a ela. Como diz Harvey (1992, p. 260), “[...] se privássemos a propaganda moderna da referência direta ao dinheiro, ao sexo e ao poder, pouco restaria.”

Para Peña-Alfaro, com a chegada da fotografia, do cinema e da televisão, o culto à imagem está presente em tudo. Os meios de comunicação veiculam, constantemente, imagens que atingem a todos com seus conteúdos e demandas, utilizadas na publicidade e propaganda. Em suas palavras: “[...] somos o que essas imagens nos propõem. O que são os heróis modernos senão mitos cultuados nos esportes, na ciência, na política, no cinema e na televisão?” (PEÑA-ALFARO, 1993, p. 17). Aranha concorda com ele, ao afirmar que os meios de comunicação transformam certas personalidades, como políticos, artistas, esportistas, em imagens exemplares que “[...] no imaginário das pessoas, representam todos os tipos de anseios: sucesso, poder, liderança, sexualidade, etc.” (ARANHA, 1993, p. 59). Neste mesmo sentido, para Maffesoli (1996),

A televisão (...) propõe a todos os níveis de idade modelos de identificação. O imaginário, no seu sentido dinâmico, representa um papel primordial. E é certamente porque há essa participação de heróis míticos, de comediantes reputados, de políticos conhecidos, ou de estrelas desejadas, que ela conhece o sucesso que se sabe. (p. 344)

Mas é necessário que se analise como propõe Certeau (1994), não apenas as imagens ou representações difundidas pela TV e o tempo gasto diante dela, mas, principalmente, o que é "fabricado" pela pessoa com essas imagens durante esse tempo. Que tipo de imaginário as pessoas constroem a partir dessas imagens? O que acontece quando elas comparam a opacidade de sua realidade cotidiana com o glamour da realidade plástica cultuada na TV? Para a grande maioria, o consumo pode aparecer como sendo o único caminho.

Como afirma Kellner (1992), a publicidade fornece uma imagem utópica de uma nova pessoa, mais atrativa, mais bem-sucedida, com maior prestígio, bastando para isso comprar certa mercadoria. A publicidade magicamente oferece a transformação do "eu",

numa nova identidade, associando a moda, a aparência e a mudança de comportamento do consumidor com a metamorfose em uma nova pessoa. Mais uma vez, pode-se notar que a publicidade leva os indivíduos a se identificarem com novos valores e comportamentos sociais, transformando-se em um instrumento importante de socialização, que se reflete na construção da identidade pelos indivíduos, moldando-a de acordo com as necessidades do capital.

No interior da sociedade de consumo, são cunhadas referências culturais mundializadas. Ao lado disso, “[...] a imagem do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais.” (KEHL, 2004, p. 93). Assim, observam-se artistas de cinema, músicos, marcas de cigarro, bebidas e produtos de supermercado em pôsters nos quartos dos adolescentes, em bonés em suas cabeças, nos tênis em seus pés, e isso em quase todos os países do mundo. É a memória cibernética, que transforma os não-lugares em lugares. Assim, a memória internacional- popular funciona como um sistema de comunicação (ORTIZ, 1994).

Como afirma McRobbie, a identidade é o modo como as pessoas vêem a si próprias, mas não como sujeitos psicológicos, mas sim “[...] como agentes ativos, cujo sentido do eu é projetado sobre – e expressado em – uma gama de práticas culturais. em expansão, incluindo textos, imagens e mercadorias.” (1995, p. 59)

Naturalmente seria uma simplificação explicar o consumo de SPA apenas a partir da mídia, ou de uma imagem deturpada da identidade do brasileiro, ou de qualquer outro ponto de vista isolado. O fenômeno é extremamente complexo, envolvendo aspectos econômicos, sociais, psicológicos, biológicos, antropológicos.

3.4 SENTIDOS DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS PARA OS JOVENS

Nesta parte do capítulo, privilegiam-se algumas dimensões da vida dos jovens que ajudam a compreender as relações que esses atores estabelecem com as substâncias psicoativas.

O consumo de substâncias psicoativas, para os jovens, não é um fenômeno irresponsável e nem um fenômeno simples, é uma situação que envolve aspectos psicológicos e sociais bem definidos e de grande importância. Como se sabe, a

adolescência é um período crítico, tanto para a criança que se torna adulta, quanto para a família que insiste em manter o filho na condição de criança. Durante a passagem da infância para a vida adulta, muitos rompimentos são necessários. O jovem deve ajustar sua ‘economia psíquica’ contabilizando as ‘perdas e ganhos’. Fala-se em um ‘luto’ pela infância perdida e na angústia diante das incertezas do futuro. Tudo isso gera sofrimento e conduz o adolescente à busca de alternativas através dos chamados *ritos de passagem*, isto é, condutas de prova, transgressões e oposição à lei, expondo-se a riscos, buscando controlar a ansiedade e afirmar-se diante de todos.

É um sofrimento que acaba por ser potencializado, quando se confronta com conceitos de adolescência que, como lembra Maria Rita Kehl (2004), podem ser muito elásticos, desde a implantação da modernidade e da industrialização, havendo até quem chame de adolescente alguém já com 20 anos. Para a psicanalista, “A adolescência na modernidade tem o sentido de uma moratória, período dilatado de espera vivido pelos que já não são crianças, mas ainda não se incorporaram à vida adulta.” (KEHL, 2004, p. 91).

O primeiro contato com as drogas, pelo jovem, muitas vezes representa uma conduta de desafio associada à busca de “alívio” diante das rápidas e angustiantes mudanças biológicas e psíquicas. O desafio da transgressão às normas estabelecidas pelo mundo dos adultos, a curiosidade pelo novo e pelo proibido, a pressão de seu grupo para determinados comportamentos, são alguns dos fenômenos típicos da adolescência que podem levar à primeira experiência com as drogas lícitas e/ou ilícitas.

Somem-se, a estas circunstâncias de mudanças pessoais, as novas características da modernidade, tais como:

O aumento progressivo do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho nos países capitalistas e, mais recentemente, a escassez de empregos obrigam o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de ‘adolescente’, dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública, incapaz de decidir seu destino. (KEHL, 2004, p. 91)

O cenário apresentado é o de uma conjuntura bastante difícil para o adolescente e sua alongada adolescência, pois,

[...] o adolescente é, tradicionalmente, um desafiador da Lei. Só que ele precisa que a Lei se mantenha, tanto para dar sentido à rebeldia que reintroduz, confusamente, moções de seu desejo na relação com o Outro quanto para barrar os excessos que ele *quer e não quer* cometer. Em outras palavras, ele precisa da Lei para sustentar seu desejo [...] (KEHL, 2004, p. 98)

Mas um jovem que ora é aceito, e nomeado até, como adolescente, mas, quase simultaneamente se vê cobrado com se adulto fosse – e deveria ser – pode se perceber diante de um impasse que, de tão complexo, venha a lhe parecer intransponível, configurando-se a necessidade de fuga que pode ser preenchida com o uso de SPA.

Não é difícil perceber que o jovem ou adolescente de hoje, que “[...] desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades.” (KEHL, 2004, p. 93), sofre pressão, e indefinição de ordem bem maior e mais complexa que há algumas décadas atrás, ainda mais diante da voracidade da economia capitalista que o persegue como um consumidor em potencial (KEHL, 2004).

Numa pesquisa sobre o "Consumo de Drogas Lícitas e Ilícitas por Estudantes de Primeiro e Segundo Graus de Escolas Públicas do Rio de Janeiro", realizada (1995-1997), através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEPAD/UERJ), foram entrevistados 3.139 estudantes entre 10 e 20 anos. Os resultados mostraram que: as três primeiras drogas mais consumidas pelos jovens são álcool, tabaco e inalantes-solventes (éter, cola de sapateiro, benzina etc.), sendo que o percentual de uso do álcool é maior do que os de todas as outras drogas somados. As drogas lícitas (álcool, tabaco e tranqüilizantes) são experimentadas mais precocemente que aquelas tidas como ilícitas (maconha e cocaína). Existe uma diferença significativa entre os percentuais relativos à experimentação e aqueles que se referem ao uso recente das drogas. Essa mesma pesquisa revelou que a idade média da primeira experiência com as drogas é entre 12 e 13 anos⁹.

Isso significa a entrada do indivíduo numa *nova realidade*, com a qual ele vai se relacionar de forma particular e que lhe permitirá reconhecer-se enquanto sujeito. É nessa tentativa que o indivíduo se permite *experimentar* diversas situações, abstraindo dessas experiências, para si, um *novo sentido* para a sua vida, redefinindo sentimentos e valores. É claro que essa "*nova consciência de si*" traz consigo uma série de experiências primeiras que, consciente e/ou inconscientemente, marcaram o vivido na infância desse indivíduo. E

⁹ Dos entrevistados, 77% referiram ter experimentado bebida alcoólica, enquanto 19,5% relataram o consumo nos últimos trinta dias; 34,4% experimentaram cigarro (tabaco) e 4,6% fizeram uso nos últimos trinta dias; 9,2% experimentaram solventes/inalantes e 2,8% usaram recentemente; 7,1% experimentaram tranqüilizantes e 1,6% fizeram uso recente; 6,3% experimentaram maconha e 2,0% usaram recentemente; 1,9% experimentaram cocaína e 0,6% usaram nos últimos trinta dias.

é esse *novo sujeito* que, dentro do contexto em que vive, assumirá *novas formas* de se posicionar diante da vida e de responsabilizar-se por si mesmo.

Segundo Nery Filho, felizmente, na maioria dos casos, à medida que o jovem vai acumulando experiência e se adaptando à vida de jovem adulto, as condutas de risco, incluindo as substâncias psicoativas, vão perdendo força e interesse. (JACOBINA e NERY FILHO, 1999, p. 86-87).

É importante considerar, nesse contexto, que as possibilidades de acesso dos adolescentes às drogas lícitas e ilícitas são uma realidade presente em todos os segmentos da nossa sociedade, independentemente da classe a que pertençam.

Maria Rita Kehl traz uma reflexão pertinente, especialmente se considerarmos o poder da mídia e a condição de mercadoria que as SPA, lícitas e ilícitas de muito tempo já adquiriram, no mundo capitalizado. Ela lembra que “A adolescência é o período da formação de turmas, grupos, bandos, gangues [...]” (2004, p. 111), daí por que:

Os jovens também inventam seus próprios ritos. Penso que o consumo de drogas leves como a maconha ou a cerveja funciona como prova ou desafio para decidir a entrada de novatos em certos grupos, estabelecendo a linha não só entre os caretas e os entendidos, mas entre os que são vistos como ainda crianças e os que já se consideram com um pé na vida adulta. (KEHL, 2004, p. 95)

Considerando esta relação entre as SPA e, segundo o senso comum, sobretudo jovens/adolescentes, Sarti lembra que:

Um dos mais sérios temores de pais de adolescentes, transformado num fantasma familiar, esse problema social é ‘satanizado’, pela mesma lógica com que se ‘sacralizam’ os valores familiares, impedindo que sejam discutidos e revistos nas diferentes circunstâncias. Na tentativa de lidar com o problema da ‘drogadição’ e com os danos e conseqüências devastadores que pode acarretar, muita energia é mobilizada para livrar-se da ‘droga’ em si, desconsiderando os mecanismos não apenas psíquicos, mas também sociais e culturais, que levam o jovem a se relacionar com o mundo à sua volta de uma forma que fere sua autonomia e sua possibilidade de escolher. (SARTI, 2004b, p. 125,126)

Para complementar esta proposta de compreensão da relação que jovens estabelecem com as SPA, cabe considerar que “A formação da identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas.” (SOARES, 2004, p. 137). E prossegue Luiz Eduardo Soares estabelecendo uma relação que ajuda a compreender o lugar da SPA neste momento de formação:

A construção de si é bem mais difícil do que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser *diferente-igual-aos outros*, isto é igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens – o que também varia, é claro). Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores. (SOARES, 2004, p. 137)

Ainda mais, caso pare dúvida sobre a importância do social, para o jovem, “[...] ninguém cria sozinho ou escolhe para si uma identidade como se tirasse uma camisa do varal. [...] A identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros.” (SOARES, 2004, p. 137, grifo nosso).

Ainda que os discursos presentes no senso comum pouco reflitam sobre sentidos das drogas na vida dos jovens, os autores selecionados nesse trabalho reconhecem que a questão é complexa e que seriam vários os fatores que se entrelaçam formando uma constelação de agentes que desencadeiam o consumo, a busca de drogas pelos jovens.

A exploração de sentidos das drogas para os jovens assim como uma aproximação sobre recorrência a diversos tipos de substâncias psicoativas -lícitas e ilícitas – no Brasil é mais explorada nos capítulos seguintes, quando essa dissertação mais focaliza dados sobre alunos de escolas do ensino médio no Brasil, suas percepções sobre drogas e se faz um paralelo com o imaginário dos pais, mais destacando singularidades e comunalidades e em que medida em tal imaginário se reproduzem estereótipos, qualificações e codificações que fogem a parâmetros de outros conhecimentos, como os discutidos nessa parte do trabalho.

PARTE 2 - IMAGINÁRIO DE JOVENS E SEUS PAIS SOBRE DROGAS - ECOS DO EMPÍRICO

4. A PESQUISA

A avaliação das relações que os jovens de hoje estabelecem com as SPAs e da forma como as famílias se relacionam com estes jovens é apresentada aqui a partir dos dados coletados em 14 capitais brasileiras, entre as quais Salvador¹⁰, e analisados no trabalho *Drogas nas Escolas*, por Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay.¹¹ Segundo as autoras, o objetivo da pesquisa é “[...] identificar e analisar a percepção de alunos, pais e integrantes do corpo técnico-pedagógico [...] de escolas [...] em relação à presença de drogas nas escolas.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 27) No entanto, a riqueza dos dados coletados e a amplitude da coleta permitem a análise da percepção/representação também para além dos muros escolares, inclusive porque está ali também a preocupação em apresentar “[...] as percepções de alunos, pais e membros do corpo pedagógico sobre as relações familiares dos jovens e suas interações com amigos.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 47), o que oferece material para o estudo aqui proposto.

O perfil dos entrevistados é relevante, pois não podemos correr o risco de, a partir de um determinado conjunto, promover generalizações para toda a sociedade. Assim é que 37,3% deles, em Salvador estão na faixa etária de 13 a 15 anos, dois terços do total dedicados apenas aos estudos, sem desenvolver atividade de trabalho. Por outro lado, o fato de 55,0% dos entrevistados serem do sexo feminino pode ser fator importante como influência nas respostas dadas. (Ver tabelas em Anexo sobre identificação e características do imaginário dos jovens e seus pais sobre drogas, o que se detalha nos parágrafos subsequentes).

De seus pais e mães, quase 40% possuem ensino médio e superior, completo ou incompleto. Mas há que cuidar que a amostra de pais e de professores, diferentemente da dos alunos, não permite expansões, pois não são de natureza probabilística como essa.

¹⁰ As demais capitais são Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá, Goiânia, além do Distrito Federal.

¹¹ Neste capítulo, baseado em CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, todas as citações do trabalho trarão a página, deixando, desde já, subtendido tratar-se da referida obra.

Tratamos, portanto, de jovens que estão dentro das camadas médias da população, vivendo na área urbana.

4.1 AS RELAÇÕES NA FAMÍLIA

Antes mesmo de buscar os dados específicos quanto aos relacionamentos dentro da família, é importante registrar que a pesquisa, contrariando os vaticínios até catastróficos quanto ao futuro da instituição familiar, mostrou que em Salvador, 59,9% das famílias dos jovens entrevistados eram do “[...] tipo tradicional, formada por pai/padrasto, mãe/madrasta e demais parentes.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 52), sendo que o segundo tipo encontrado, mono-parental, perfaz 18% dos casos.

Nestas famílias, a maioria dos jovens declara se sentir acolhida. Senão, segundo Castro e Abramovay (2002, p. 71) referindo-se ao conjunto de capitais pesquisadas:

[...] para a maioria dos alunos pesquisados, os pais são atenciosos e carinhosos (62,4%) e companheiros quando seus filhos passam por problemas (68,1%). [...] 73,4% dos alunos afirmam que seus pais impõem certos limites e 25% deles dizem que são orientados a cumprir regras impostas pelos pais.

Exemplo é esta fala, colhida no grupo focal com alunos, em escola pública de Cuiabá:

“Minha mãe sempre troca idéias comigo, com os meus irmãos. Ela fala sobre sexo, sobre tudo. Droga, tudo, tudo. Ela confia na gente demais. Ela fala que a partir daquele momento que fez coisa errada (...) Porque tudo que eu faço, se eu agarrei u guri, se fiz aquilo, eu conto tudo para minha mãe. Ela falou: ‘A partir daquele momento que você mentir pra mim’ ela não confia mais em mim, perde totalmente a confiança.” (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 73)

São também significativas as falas a seguir, colhidas, em Belém e em Cuiabá:

“Depende como você se relaciona com seus pais. Porque eu tenho uma relação com a minha mãe e com o meu pai. Eu converso normalmente. Eu pergunto, eu tiro minhas dúvidas. Eu posso estar morrendo de vergonha, mas eu estou lá perguntando” (in CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 74).

“Eu sou criada assim. Desde pequena, a minha mãe sempre tenta fazer a gente conversar. Eu sento com ela. Abro tudo com ela e ela não é ignorante comigo. ela quer me pôr no caminho certo. Todas as mães querem isso. Todos os pais querem isso. Ela me conta, ela me fala o que é para mim fazer, qual é a atitude que eu tenho que tomar, ela fala para prevenir. Ela não é ignorante.” (in CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 74)

Isto não impede o reconhecimento da existência de conflitos nas relações familiares, mesmo que, em primeiro lugar, haja o registro da importância da família para os jovens e a ênfase em aspectos positivos das relações no lar, a percepção da família como o porto seguro, o apoio. Afinal de contas, mesmo quando reconhecem sentirem-se mais à vontade com amigos, alguns alunos reconhecem na família a melhor fonte para informações relevantes: *Nas horas mais importantes eu converso com meu pai e minha mãe.* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 75), diz um dos entrevistados, enquanto outro é taxativo: *Já confiei muito em pessoas. Aí, depois, me traíram. Os verdadeiros amigos mesmo, para todas as horas, são pai e mãe.* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 75)

Quando o foco é a opção pelas drogas, “[...] uma relação de carinho e comprometimento com os filhos pode ser um diferencial [...]” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 73), pois os próprios jovens consideram que a ausência desta relação pode conduzir ao uso de SPA como forma de compensação. A idéia é compartilhada pelos pais presentes nos grupos focais, para quem “[...] um bom relacionamento reflete positivamente no comportamento dos jovens, principalmente no que toca ao uso de drogas [...]” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 76) Um deles declara: *Eu acredito que isso segura um pouco. Não que meu filho vai ser o melhor, vai ser o santo. Ele pode um dia querer experimentar [drogas] e ir na onda. Mas, acredito que isso segure muito.* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 76).

O outro lado da moeda é preenchido pelos jovens que relatam, não raro com angústia, a dificuldade de diálogo com os pais. São os que sinalizam a ausência de diálogo com os pais, inclusive em questões como sexo e SPA, que se ressentem da falta de carinho e compreensão. Dois depoimentos, colhidos em Belém (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 77), registram:

Eu não digo nada, eu fico calada. Mas, se eu perguntar alguma coisa para ela, ela muda de assunto, de caminho. Ela não gosta de falar, de jeito nenhum. E o pior é que eu só posso contar com ela. Esse é o pior. E o outro: Lá em casa não. Quer dizer, meus irmãos e eu conversamos. Mas a minha mãe não. Minha mãe não conversa sobre o que acontece na rua. Isso e aquilo outro.

Constatam as pesquisadoras que: “Aliados ao medo e à desconfiança, esses fatores fazem com que os jovens sonhem com uma relação diferente, em que os pais dêem apoio [...] Para esses estudantes, os pais são importantes para a superação de seus problemas [...]” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 78), ou seja, a ausência deste apoio pode conduzir

um jovem a buscar refúgio em situações como a de uso de alguma substância que possa parecer lhe dar o requerido conforto. Os dois depoimentos a seguir (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 78), colhidos em Cuiabá e em Belém, demonstram isso: *Ah, a minha mãe, sei lá, é muito grossa. Eu tenho medo de falar.* E o outro:

O que eu mudaria é a relação com minha mãe. Eu acho que ela devia ser um pouco mais minha amiga e tentar me entender. Porque, um dia, ela foi adolescente que nem eu. Um dia, ela passou por problemas. Então, eu queria que ela entendesse. Eu queria que ela me ajudasse a superar porque a gente passa por tantas coisas. E a gente com a mãe da gente do lado, conversando com a gente, é como se a gente pudesse passar pelas coisas com mais facilidade. E eu queria. Se eu tivesse que mudar, eu mudaria um pouco mais a relação que eu tenho com ela

Retomando a idealização da instituição familiar a que já nos referimos anteriormente, a pesquisa também apresenta, como corolário deste ideal de instituição, uma proposição de culpabilidade, na crítica que estabelece a assimetria entre os limites da família e o que dela se costuma esperar. Seriam culpados os pais, como é comum encontrar nos discursos analisados, “[...] por não disponibilizarem tempo, por não controlarem seus filhos e por não colocarem os devidos limites ou, contraditoriamente, por serem autoritários, controladores e repressivos.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 81)

No entanto, os pais, como este de Vitória, manifestam claramente suas dúvidas, levando a acreditar que, muito mais que descaso ou autoritarismo, pesa a perplexidade diante da tarefa de educador:

Eu tenho uma preocupação muito grande com relação às minhas filhas. Porque eu sinto que se eu educar de uma forma muito rígida não é isso que vai ter um reflexo muito grande no futuro na vida delas. Então, é muito difícil você controlar isso, é complicado. Eu, sinceramente, até hoje eu não tive resposta disso. Não sei ainda. Confesso que me sinto ainda despreparado com relação à educação delas. Sinto mesmo porque, por mais que eu tente acertar, eu sempre tive uma incógnita: ‘Será que eu realmente estou agindo certo, não é? Será que não vou prejudicar no futuro devido a isso’. (in CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 82)

4.2 UM OLHAR DE DENTRO DA ESCOLA

A pesquisa assinala a existência de um conflito entre a escola e a família, quando aquela insiste em criticar o papel que a última desempenha na formação dos filhos. Tal situação tem conduzido a “[...] uma disputa entre a escola e a família, assim como uma transferência de responsabilidade entre as duas instâncias.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 78)

Para ajudar a compreender as relações que os jovens e suas famílias estabelecem, hoje, com as SPAs, necessário então identificar a forma como a escola em que estes jovens estudam vê a sua família.

O corpo técnico-pedagógico da escola, via de regra, considera que temas mais delicados, como sexualidade e SPA, não seriam abordados em casa, seja por vergonha, seja pelo despreparo dos pais. Ao contrário do que declaram os jovens em sua maioria, a escola insiste em que, ao conversar com alunos e pais, percebe não existir diálogo no seio da família. Segundo estes profissionais, *A gente sente, pelo que a gente conversa com eles, que não tem diálogo na família. A própria família, às vezes, não dá essa abertura. Eles não têm essa disponibilidade para sentar e conversar e dialogar com os filhos.* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 79)

Quando o assunto é SPA, a escola reconhece que “[...] o problema não é chegar e contar. O problema é a mãe e o pai aceitar.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 79) Assim, os filhos buscariam apoio em outras instâncias, inclusive na própria escola. Somando-se a tais dificuldades, ainda há a referência ao fato de os conflitos domésticos repercutirem na escola, como depõe um diretor: *Reflete na escola. Porque, a maioria, não vou dizer todos, existem exceções, mas a maioria tem problemas em casa. Não tem um lar equilibrado. Então, tem muitas dificuldades no lar e isso reflete aqui no comportamento, na disciplina em tudo.* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 80)

Tudo isto conduziria à situação em que a escola acabaria por assumir papel que deveria ser dos pais, na avaliação do corpo técnico-pedagógico da escola. Como as circunstâncias contemporâneas, inclusive de sobrevivência, contribuem para um menor tempo de convivência entre pais e filhos, a escola conclui que “[...] a família não está orientando bem os filhos.” (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 80), como se a relação familiar fosse mais uma questão quantitativa que qualitativa. Um diretor, em Salvador, afirma:

Há falta de tempo dos pais, falta de convívio. Pais que saem para trabalhar. E a falta de ligação que há entre um e outro. Antigamente, os pais não saíam para trabalhar. Sempre estavam ali juntos, com os filhos. Hoje, está todo mundo lutando pela vida. Às vezes, o pai trabalha à noite, a mãe trabalha de dia, o filho trabalha em um turno e estuda no outro. Então, há sempre um desencontro. (in CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 81)

No entanto, os depoimentos, tanto de professores como de pais, sugerem que, de fato, o acompanhamento familiar não tem sido suficiente para orientar adequadamente os filhos, havendo uma dificuldade de estabelecer e impor limites. “Entre os pais, percebe-se uma perplexidade em relação à educação e ao futuro dos filhos, gerada pelo medo de estar ou não fazendo o que é correto, sem causar traumas ou constrangimentos.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 83)

Concluem as pesquisadoras que,

Em síntese, existe uma relação complexa, repleta de desacertos e ambígua entre família e escola, um jogo de acusações, que tem conseqüências no cotidiano e nas representações de todos os atores, como mostra o discurso de alguns membros do corpo técnico-pedagógico. A família espera que a escola eduque seus filhos e a escola, de sua parte, espera que as famílias cuidem de seus alunos. (CASTRO e ABRAMOVAY: 2002 p. 83)

4.3 O JOVEM E AS SPA LÍCITAS

4.3.1 A RELAÇÃO COM O ÁLCOOL

Das implicações que resultam na definição da licitude ou ilicitude de utilização de substâncias já falamos anteriormente. Tratemos então desta que vem sendo apontada em pesquisas continuadas, inclusive no Brasil, como a substância dita lícita cuja utilização por jovens vem sendo mais crescente: o álcool.

Pesquisa realizada em 1988, em Salvador, entre estudantes, tornada pública por Almeida Filho (*apud* CASTRO e ABRAMOVAY, 2002), constatou que 86,2% deles consumiam o álcool, 63% dos quais acusavam o uso regular. Por outro lado, dados nacionais comparativos entre 1989 e 1993 indicam um crescimento de 50% no número de jovens entre 10 e 18 anos que consumiam álcool 20 ou mais vezes ao mês. A constatação torna-se ainda mais importante quando registramos o alerta do Dr. Antônio Nery Filho: “O álcool, das substâncias psicoativas, é a que causa mais doenças, mais desajustamento familiar, mais falta ao trabalho e, sobretudo, mais acidentes de trânsito [...]” (JACOBINA e NERY FILHO, 1999, p. 22).

As respostas dadas pelos jovens nas escolas indicam que em Salvador cerca de 30% deles nunca bebem, enquanto 13,5% admitem o uso regular de bebida. Nestas duas categorias, há expressiva distinção de gênero, como, de resto, acontece também com

relação aos pais, sendo que as jovens do sexo feminino, assim como as mães, estão em percentual superior aos do sexo masculino para a situação de nunca beber, e em proporção inferior para o uso regular. Os dados não apontam para um consumo endêmico da substância, embora indiquem a necessidade de discutir mais a questão com os jovens, visto que o consumo social é prevalente e sem distinção de gênero, o que faz cair o estereótipo de ser a bebida alcoólica um recurso dos rapazes apenas. Por outro lado, importante registrar que pode haver diferenciação de percepções, entre os jovens, sobre o que seria um uso a se considerar regular.

Para a comunidade pedagógica, a percepção seria outra, se tomamos por base as declarações de dois diretores de escola, o último de Salvador: *Eu acho que uns 80% dos jovens consomem, com frequência, grande quantidade de bebidas alcoólicas nos finais de semana (...) por isso um monte de brigas, muita violência, acidentes, chegam na segunda machucados (...)* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 103)

Fiquei alarmada com o número de jovens que estão usando bebida alcoólica cada vez mais cedo. Um número considerável começou a utilizar com menos de 10 anos de idade. E tem outros tipos de drogas que eles confessam que fazem uso, mas o consumo de álcool é bastante alto. (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 112, 113)

Retomando a historicidade da família de que já tratamos, inclusive dela como espaço da emancipação e subordinação feminina, vale registrar que esta emancipação também leva as meninas a estarem mais nos lugares públicos, inclusive aqueles em que se bebe habitualmente. “Ironicamente, isto combina autonomia, liberdade e direito ao prazer a rituais de sociabilidade e a hábitos similares aos masculinos.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 106) Assim, o beber socialmente torna-se um hábito comum e aceito pela sociedade, o que também se verifica entre os pais, quando o percentual de quem bebe socialmente é praticamente o mesmo tanto para mães quanto para os pais.

Uma outra questão é a forma como o álcool é percebido pelo jovem e por sua família como uma SPA. Tal análise adquire uma importância específica no caso do uso de bebida alcoólica, diante de sua “[...] ampla difusão, do estímulo mercadológico e da facilidade de acesso, [o que contribui para poder] ser banalizado e ‘glamourizado’, negligenciando-se os efeitos negativos do abuso [ou servindo] para estigmatizar seus usuários frequentes ou eventuais.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 113) Tanto a

banalização quanto o estigma estão no cotidiano das relações de jovens, suas famílias e uma substância tão difundida e tão incorporada à história humana.

Pais e filhos em Salvador, majoritariamente, em percentuais de 77,8% e 69,3% respectivamente, consideram o álcool como uma droga. Dizem os jovens, no entanto, uma droga liberada, já que é vendida e consumida com facilidade e sem proibição. Já entre os pais, há um discurso que pode caminhar para a ambigüidade quando, respaldados na legalidade da substância, manifestam como que o alívio de ver seus filhos usuários apenas dela e não de outras substâncias ilícitas. O discurso que se apega à norma, à legislação, pode levar a desconsiderar todos os comprovados malefícios do abuso do álcool. Ainda mais, pode dificultar a percepção do que seja, de fato, abuso.

Há ainda a considerar que o jovem, recebendo este tácito apoio familiar, pode habituar-se ao consumo do álcool. É o caso da mãe que afirma (...) *meu filho não usa maconha, não usa cocaína (...) a única coisa que ele faz é beber cerveja*. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 115). Mesmo admoestada, ela não aceitou que cerveja fosse uma SPA. Outra situação comum é a que está relatada por um pai em grupo focal:

Em casa a gente eventualmente bebe, toma um vinho, toma um licor socialmente. Quando meu filho tinha oito anos, nós oferecemos para ele experimentar, não uma taça completa, só para saber o gosto que tem e se ele naturalmente não gostasse, não vai beber na rua e também para não procurar beber escondido. (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 121)

Nesse caso e em muitos outros, quais possibilidades são usadas pelos jovens para se iniciar no uso do álcool, que portas lhes são abertas? A mais ampla parece ser a da curiosidade e do prazer temporário. Há ainda a se considerar a descoberta do sentido desinibidor que a substância pode oferecer, ao lado da inserção no grupo de amigos, como um ritual de sociabilidade e afirmação. Neste sentido, os jovens se utilizam do álcool como um meio para obter a coragem necessária para enfrentar os desafios impostos por essa fase da adolescência.

Ao lado disso, com a necessária cautela, para que não se estabeleça uma culpa única da família, esta tem importância na abertura maior ou menor destas primeiras portas, como, de resto, comprovam pesquisas feitas em vários espaços. Podemos, inclusive, dialogar tanto com Luiz Eduardo Soares (2004), que, em capítulo anterior, já nos alerta para as dificuldades do processo de formação de identidade, tanto quanto com Cynthia Sarti (2004b) que lembra a família como o espaço onde as primeiras imagens de si e do mundo

externo são construídas. Muitos entrevistados relatam terem sido apresentados ao álcool no ambiente familiar. Aliás, muitos pais alegam ter preferido fazer esta apresentação, inclusive para matar a curiosidade, para evitar que os filhos bebessem escondidos, a título de orientação de como se comportar diante da bebida.

No entanto, alertam as pesquisadoras, CASTRO e ABRAMOVAY (2002),

Há que se discutir com mais profundidade a competição entre os diversos estímulos e influências de determinados ambientes, cuja ação sobre o jovem pode vir a anular mensagens negativas em relação ao uso de drogas, mesmo que estas [as mensagens negativas] venham, em muitos casos, do ambiente familiar. (p. 119).

Até porque, a discrepância entre o percentual de pais que fazem uso da bebida regularmente (12,3% em Salvador) e o de filhos acima de 19 anos na mesma condição (27% em Salvador) é um dado que aponta para a cautela na condenação do núcleo familiar. Além do mais, os dados também revelam “[...] que pode haver certa influência positiva da família na inibição do hábito de beber entre os jovens, [...]” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 126), a partir da proximidade de percentuais das categorias dos que nunca bebem e dos que bebem socialmente.

Voltando aos estímulos externos, cabe um olhar especial sobre a mídia. Primeiro como veículo de publicidade. “Sendo um bem de elevado valor no mercado, pelos lucros conferidos aos que produzem e comercializam, as bebidas alcoólicas são alvo de intensa propaganda em diferentes mídias, com endereços variados, ou seja, para diferentes públicos.” (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 137) Assim é que, para os jovens, a propaganda se faz de forma a seduzí-lo por um viés de glamour, maturidade e ascensão social.

No entanto, nem todo jovem está aberto à sedução. Em um grupo focal com jovens, registra-se a percepção de que a propaganda não corresponde ao real: *É todo mundo lindo, saudável, lugar legal, como se ficasse assim com a bebida. É propaganda enganosa. Ninguém consegue tudo isso só porque bebe. É todo mundo lindo, saudável, lugar legal, como se ficasse assim com a bebida.* (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 139) Mesmo que a pesquisa demonstre que, mais que um público passivo, os jovens estão se mostrando críticos com relação às mensagens que recebem, para a publicidade, o jovem “[...] mais que um público alvo, é um capital simbólico, re-elaborado nas propagandas [...]” (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 138).

Abre-se, então, um debate sobre a questão da permissividade social quanto ao uso do álcool. Para tanto, pesquisou-se três elementos indicadores de restrições, proibições e permissividade com relação à substância, avaliando em que medida cada um deles é visto como normal. Os indicadores foram: a venda de bebidas a menores de 18 anos, permissão para jovens beberem em casa e permissão para que bebam em festas.

Quanto ao primeiro indicador – o comércio vender bebidas a menores de 18 anos –, visto como uma infração legal tem-se que em Salvador 10,8% dos jovens consideram a situação normal, apenas 2,7% dos pais têm a mesma opinião. Cabe aqui registrar a fala de jovens, em grupo focal. Se, nesta fala, de um lado, reforça-se a questão do ponto de vista formal da lei, percebe-se que, por outro, ela acaba por eximir o jovem, encontrando outro a ser responsabilizado: *Tem que acabar com esse negócio de vender bebidas para menores (...) Existe a lei para a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores, mas não é cumprida. Em qualquer lugar que a gente vá, eles vendem para menores.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 145)

Tratando-se de permissão de bebida dentro de casa, 20,3% dos jovens em Salvador, ao lado de 11,5% dos pais vêem a prática como normal, o que parece se apresentar dentro da definição de que uma proibição apenas provoca a transgressão, como podemos constatar na fala colhida no grupo focal com pais, em Brasília:

(...) Como eu nunca tinha deixado ele beber em casa, um dia ele foi para a boate bebeu até ficar completamente embriagado, justamente porque eu nunca deixava que ele tomasse em casa (...) iso me serviu de lição, porque o pai bebe às vezes socialmente e não deixava ele beber, é contradição, tem que ter orientação (...) (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 141)

Para completar, a permissão para a chamada bebida social, a das festas, que vai ser vista como normal em Salvador por 34,8% dos jovens, o que pode ser visto dentro da visão da bebida como afirmação social, enquanto apenas 10,5% dos pais estão de acordo.

Para finalizar a análise da relação de jovens, seus pais e o álcool, cabe registrar que apenas 30% dos jovens e 20% dos pais não consideram o álcool como uma SPA, em um resultado que não deve nos deixar esquecer que o álcool, como alerta o Dr. Antonio Nery Filho, “[...] mata pelo uso crônico, [e, muito sério] mata mais quando associado à condução de veículos, [...]” (JACOBINA e NERY FILHO, 1999 p. 37). Assim, é necessário o aprofundamento dessa discussão.

4.3.2 A RELAÇÃO COM O TABACO

Junto com o álcool, é o cigarro de tabaco a SPA de uso mais freqüente entre os jovens brasileiros. Apesar do alerta da Organização Mundial de Saúde de que o tabaco causa cerca de três milhões de mortes anuais, em função das graves doenças que ele provoca, tais como enfisema, diversos tipos de câncer, úlceras, sem esquecer que ajuda no desenvolvimento de osteoporose e mal de Alzheimer. Tal situação torna o tabaco uma questão de saúde pública, inclusive pelos altos custos que acarreta aos sistemas públicos de atenção à saúde.

Apesar da indicação da freqüência, a pesquisa no total das escolas indica que 89,1% dos jovens não fumam, índice que chega a 91,9% em Salvador. Os que fumam diariamente e os que o fazem eventualmente contam 10,8% dos jovens no total das escolas, e em Salvador 6,4%. Como a utilização eventual também expõe o fumante aos riscos à saúde, este último percentual, que equivale, no universo pesquisado, a quase 500.000 jovens, deve ser tomado como um alerta.

Quanto à percepção de que o tabaco é uma SPA, a pesquisa indica larga margem para os que assim o consideram. Na contagem geral, são 79,4% dos jovens e 76,8% dos seus pais – em Salvador, 76,7% e 76,3% respectivamente. No entanto, é preciso considerar que esta percepção está permeada por toda a construção social do cigarro que conduz a uma percepção com ressalvas e atenuantes. Enquanto se encontra o raciocínio de que o que distinguiria o cigarro de outras SPA seria o fato de matar mais lentamente, há também a compreensão dos jovens de que esta caracterização dependeria da intensidade do uso, ou do “exagero”, o que poderia remeter à questão do abuso, já discutido em capítulo anterior. Diz o jovem: *Cigarro ou bebida? Isto se torna uma droga se a pessoa fumar e beber com exagero, né? Exagerar, cara.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 158).

Já seus pais, adotam uma atitude de flexibilidade, consubstanciada na alegação de que, como é do conhecimento geral que o tabaco é uma droga e que provoca danos à saúde, as pessoas o usam se quiserem: *O cigarro faz mal, não tenho nada contra, quem quiser fumar que fume.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 158). Há ainda, para os pais, a necessidade de minimizar a relação com o tabaco, por serem, eles mesmos, fumantes: (...) *mas a gente fuma de teimoso.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 158)

Sem ignorar a compreensão de que o jovem, muitas vezes, começa a fumar por uma questão de afirmação, com um dos rituais de acesso ao mundo adulto, a pesquisa demonstra diferenças de percepção entre os fumantes e os não fumantes. Assim é que os não fumantes acreditam que quem fuma o faz como se fosse algo natural, abstraindo os riscos que possa correr, apresentando ainda a preocupação com a condição de fumante passivo. Já os fumantes, que em alguns casos percebem-se como maus exemplos, embora não desconheçam, inclusive, a situação de quem recebe indiretamente os efeitos do fumo, têm sempre pronto o discurso da dificuldade de abandonar o vício.

Dos pais fumantes, muitos se dizem dispostos a evitar que seus filhos venham a imitá-los: *Mostro pro meu filho porque eu fumo. Na minha época eu tomei o gosto daquilo, era chique, então eu aprendi a fumar e é difícil deixar. Não permito que eles fumem, por enquanto não.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 160).

Apesar desta disposição, e inclusive quando se encontra, na pesquisa, jovens que experimentaram o tabaco, pela primeira vez, a partir dos 10 anos de idade, mesmo que só por experiência ou brincadeira, temos as indicações de que “[...] o primeiro contato do jovem com o tabaco pode ocorrer no próprio ambiente familiar.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 165). A pesquisa nas escolas indica, inclusive, que esta influência familiar pode chegar ao ambiente da escola, “[...] onde muitas vezes a autoridade da escola é questionada, devido à permissividade existente no grupo familiar [...]” (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p.165). É significativo o depoimento: *Muitos falam ‘meu pai e minha mãe compram e chega aqui você não deixa eu fumar? Ué, não pode fumar, a gente tem que ficar o tempo todo mandando apagar porque vocês acendem. A gente dá as costas, eles vão lá e acende de novo.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 165)

No entanto, encontramos também os jovens com uma postura crítica diante do tabaco e de influências, inclusive familiares, por exemplo: *Mesmo se ela não tivesse controle sobre mim eu também não ia fazer isso, porque eu acho isso errado e só vou estragar minha vida, ela tem confiança em mim.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 166). Pode-se, então, inferir que a influência familiar existe, mas não é tão determinante assim.

A idéia de que o tabaco, assim como o álcool, possa vir a ser a porta de entrada para outros tipos de SPA está presente: *Assim como compram cigarro, podem comprar outra*

coisa. O cigarro é o início. Cigarro é para disfarçar no meio de todo mundo, para não dizer que está fumando maconha (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p.161). Embora não haja comprovação para este fato, como já foi discutido anteriormente, é recorrente a idéia de que o uso de cigarro pode vir a provocar a entrada para outras drogas. *E do cigarro vem a droga e danou-se.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p.161). Contudo, deve-se ter certa cautela, ao relacionar a trajetória entre tabagismo e uso de outras drogas lícitas ou ilícitas, pois, como pode ser identificado por meio de depoimentos, há convivência entre tipos diferentes de relações com as drogas.

A mídia teve e ainda tem um papel importante na disseminação do vício tabagista, principalmente entre jovens, com a “[...] associação entre fumar e ter charme, glamour e sucesso na vida e com o sexo oposto.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 171), sem esquecer a propaganda dirigida especificamente para as mulheres onde aparece como símbolo de emancipação. Acontece que, a partir da década de 1990, também uma série de restrições começaram a ser impostas à publicidade do cigarro. Embora os jovens enfatizem, em seus depoimentos, a influência da propaganda indutora do vício, também registram a contribuição da contra-propaganda para seu posicionamento. Aparece a visão crítica: *Que no comercial, no comercial é assim, você está fumando, você vê tudo bonito, então, as pessoas acham que vai fumar não prejudica.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 172)

4.3.3 A RELAÇÃO COM MEDICAMENTOS, SOLVENTES / INALANTES

Aqui, a pesquisa nas escolas trata de compreender as relações dos jovens e seus pais com outras SPAs que, a exemplo do álcool e do tabaco, são lícitas, inclusive de fácil aquisição no mercado e relativo baixo custo, tais como medicamentos e solventes/inalantes, dos quais também já tratamos em capítulo próprio. Como são substâncias para as quais há uso lícito e habitual, é mais difícil sua percepção como droga. No entanto, elas também se constituem em problema de saúde pública, na medida em que seu uso sem controle também pode provocar seqüelas bem como levar ao coma e à morte. A pesquisa demonstrou que os jovens não costumam fazer uso de tais substâncias e que tanto eles quanto seus pais, a despeito do perfil de licitude, consideram tais substâncias como SPA, em sua grande maioria.

4.4 OS JOVENS E AS DROGAS ILÍCITAS

Neste tópico, trata-se de analisar a percepção que jovens e seus pais têm das substâncias que, no momento atual e no Brasil são proibidas, as quais ainda são consideradas, primeiro, “[...] sob o prisma da ilegalidade e, portanto, como um problema de âmbito judicial, mais do que de um problema sanitário ou social.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 199) Isto quando, na verdade, elas se constituem em uma questão de ordem educacional, psicológica e política, a requerer atitudes mais conseqüentes e coordenadas tanto de políticas públicas como de educadores e da família.

Para identificar as percepções sobre estas substâncias que estão presentes no universo de todos, comentadas nos espaços da família, assim como na escola e na roda de amigos, a pesquisa levou em consideração três aspectos, quais sejam o que são drogas, como se percebe seu uso e as conseqüências e quem é o usuário.

Entre os jovens, na contagem geral, mais de 90% consideram maconha, cocaína em pó e crack como droga, enquanto que, para 85% deles os inalantes estão nesta categoria, e só 65,3% identificam o lança-perfume como tal, já em Salvador, esses percentuais são de 93,2% para maconha, 93,5%, cocaína em pó, 91,3% crack, contra 72% para o lança-perfume. Os pais, por seu turno, só aparecem com percentual inferior a 90% quando o lança-perfume é avaliado, nas 10 capitais das Unidades da Federação. Para as demais substâncias, os percentuais variam de 93,7% a 99%. Parece bem claro que ao fato de serem substâncias que sofrem de interdição legal pesa na percepção dada.

Interrogados sobre como vêem o uso de tais substâncias e as conseqüências que dele podem advir, 85,9% dos jovens em Salvador consideram o uso um perigo, um problema e uma ameaça, enquanto 11,4% deles encaram a situação como uma doença e apenas 2,7% consideram o uso como normal. Esta percepção com os jovens de Salvador, varia um pouco quando se distingue aqueles que usam com freqüência, e os que já experimentaram dos que nunca usaram as SPAs. Para 70,6% daqueles que usam com freqüência, o uso é problemático, enquanto 21,8% consideram normal e 7,6% vêem como doença. Dos jovens que já experimentaram 81,3% declaram ser um problema, enquanto que 10% consideram normal e os que consideram uma doença perfazem 8,8%. Quanto aos que nunca usaram, os percentuais são, respectivamente, de 86,6%, 1,7% e 11,6%.

Os números demonstram uma variação pequena, além de apresentarem uma revelação, visto que deixam claro que a maioria dos entrevistados percebe que as substâncias ilícitas representam uma possibilidade maior de causarem dependência do que as lícitas. Um depoimento, colhido em grupo focal com alunos, parece ser representativo desta assertiva:

Mas eu fumo quatro meses, depois eu paro (...) eu fico um tempo, depois eu fumo de novo (...) Isso daí não é vício, é a mesma coisa como se você fosse fumar um cigarro, ia aliviar do mesmo jeito. Não é que nem ela fala, 'você já usou (...) na boca, pá'. Eu acho, eu não uso, mas eu conheço gente que já experimentou, já faz mais uso, essas coisas, mas não é viciado. Tipo vamos supor, sai de fim de semana, faz o uso (...) aí só daqui, na outra semana, é que vai fazer uso com os amigos (...) não vicia isso. (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 203)

O terceiro aspecto da questão diz respeito a como se vê quem usa a SPA. A percepção do usuário com alguém que precisa de ajuda é em Salvador de 71,9% dos jovens, enquanto 54,4% deles consideram os usuários como “otários”. Enquanto apenas 5,9% declaram que quem usa drogas é alguém “legal que sabe das coisas”, 18,9% declaram que é alguém que “não se diferencia de outros jovens”.

Com relação ao universo pesquisado de jovens segundo frequência de uso de substâncias ilícitas, em Salvador, (Tabela 24) observa-se que o número de jovens que nunca usou é de 92,3%, comparado a 4,9% de jovens que já experimentou, já usou ou não usa mais (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002). Desta forma, o alto índice de consumo de substâncias ilícitas pelos jovens está presente apenas no imaginário social como visto anteriormente.

4.5 O MEIO FAMILIAR E O USO DA DROGA

Até aqui, a pesquisa trata das percepções dos jovens. Cabe agora identificar como esta questão do uso rebate no ambiente familiar. Como já apresentado anteriormente, não é possível sustentar “[...] a ênfase na família como importante condicionante ao consumo de drogas.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 199 p. 288). Como a família é apenas um dos contextos em que transitam os jovens, “A falta de diálogo em casa e as brigas familiares não necessariamente levam os jovens a procurar as drogas.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 199 p. 288). Afinal de contas, embora haja um percentual menor

de usuários habituais entre aqueles que dizem haver diálogo em casa, é significativa a incidência entre eles. Mesmo assim, vejamos o depoimento de um aluno de Cuiabá:

Bom, eu acho que quem usa drogas (...) na maioria das vezes é pra fugir dos problemas familiares porque eu tenho um parente que usa, desde pequeno, a gente conversando com ele pergunta porque você começou a usar drogas. Ele fala, eu comecei a fumar, mais por causa do meu pai que era muito rígido, me batia muito, aí eu corria pra rua. Aí vivia mais com os amigos do que com a família. Em casa ela não tinha aquela liberdade de chegar e falar 'pai, fumar isso e isso é errado?' 'Fazer tal tipo de coisa é errado?' Ele não teve isso, não teve essa liberdade devido o pai trabalhar muito, a mãe é uma pessoa muito retraída, não dá liberdade para ninguém, não conversa sobre certos tipos de assuntos com os filhos. Aí devido à influência de amigos começou. Hoje é viciado e dá o maior problema para a família. Não só pra família, mas (risos) pra sociedade toda. Pra família em geral. (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 189)

Os dados de Salvador demonstram que, entre aqueles jovens que afirmam manter diálogo com os pais, 1,8% dizem usar SPA com frequência, enquanto 4% que dizem não manter diálogo, usam SPA com frequência. Além disso, 3,3% deles afirmam ter uma relação de violência com seus pais, contra 2,7% que não vivem tal relação, também usam SPA com frequência. Já 5,2% que tem diálogo com os pais, já experimentaram, mas 4,5% que negam tal diálogo, também já experimentaram. Quanto à relação de violência com os pais, 6,8% a registram, enquanto 4,8% a negam. Para completar, os jovens que nunca tem diálogo com os pais e nunca usaram SPA são 92,9%,. Quanto à violência entre pais e filhos, 89,9% alegam haver, enquanto 92,5% declaram não haver.

A percepção de pais pode ser confrontada nos dois depoimentos abaixo, o primeiro colhido em Salvador, nos quais é possível identificar tanto a defesa quanto a acusação à instituição familiar e sua responsabilidade no envolvimento de jovens com SPA. *Para mim, droga só existe quando tem algum problema, problemas de pais, criação, família. Se isso funcionasse mais ou menos bem, dificilmente entrariam nas drogas. Sempre que existe uma abertura entre pais e filhos e conversas, dificilmente a droga entra...* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002p. 296)

(...) quer dizer, não é a falta de atenção da família, tem casos que a família dá orientação, está ali dando apoio e de repente o indivíduo vai e usa droga, os pais que sempre estiveram do lado do filho, mesmo trabalhando fora, que esse negócio de trabalhar fora ou não, não vai desfazer de sua função, não. Porque (...) eu trabalho fora, mas dou conta de ocupar os filhos, orientando de vez em quando conversando, de vez em quando vendo como estão na escola (...) (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 296-297)

A pesquisa levanta dados que não conseguem deixar claro “[...] se a associação entre posturas violentas dos pais e uso de drogas decorre porque tal postura desencadeia revolta e busca por drogas, por parte dos filhos ou se aquela postura se dá porque os filhos usam drogas.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 292). Desta forma, fortalece-se a corrente que recusa à família a grande culpa, embora os próprios pais identifiquem a responsabilidade que a família tem na conduta de seus filhos, no que se refere ao consumo de substâncias psicoativas.

5. A LITERATURA E O COTIDIANO: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Enquanto as estatísticas corroboram os dados teóricos, as falas, seja de jovens, de seus pais e do corpo técnico da escola, acabam conduzindo a algumas mensagens que, se podem parecer antagônicas, na verdade, apontam para uma dialética contradição entre as permanências e as mudanças nesta sociedade em que ambigualmente se confundem modernidade, pós-modernidade e tradicionalismo: os pais assumem que seus filhos devem ter autonomia, a chave de casa, sair, ter seus próprios amigos; respaldam orientações consumistas e individualistas e ao mesmo tempo se culpam de não exercerem “autoridade”, “limites”.

Uma comparação entre o que os teóricos trazem e as percepções reveladas na pesquisa empírica apontam como tivemos ocasião de assinalar algumas vezes no decorrer do Capítulo 5, entre outras, para duas questões, diretamente ligadas à proposta deste trabalho: a caracterização da família e a das SPAs.

Cabe registrar o universo alvo da pesquisa, delimitado no que poderíamos considerar classe média e média alta, composto por famílias majoritariamente tradicionais e de escolaridade média ou superior, sendo este o universo a que nos reportamos neste trabalho.

A pesquisa aponta para uma realidade na qual a maioria dos jovens sente-se acolhida e apoiada por seus pais, como naquela fala colhida em Cuiabá: *Minha mãe sempre troca idéias comigo, com meus irmãos.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 73). Isto não impede que também nos deparemos com a angústia daqueles que relatam a ausência de diálogo: *Ela não gosta de falar, de jeito nenhum. E o pior é que eu só posso contar com ela.* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 77).

A família contemporânea, plural em suas possibilidades de configuração, vista em desordem por Roudinesco, aparece caracterizada de forma idealizada por jovens e pais, ora como refúgio, ora como espaço que teria o poder de influência maior do que a realidade indica. Além disso, é nomeada, muitas vezes, como se fosse uma instituição – uma

entidade – para além das pessoas, quase como se estas que dela falam não estivessem inseridas e fizessem parte dela. Sua complexidade e sua inserção em uma sociedade específica, com a qual dialoga permanentemente, parecem escapar à compreensão dos entrevistados.

Os pais, sem considerar que, como reflete Olivenstein (1997), *vivemos hoje a situação do encontro da angústia individual com a coletiva, provocando a necessidade de buscar mecanismos para enfrentar a situação*, parecem acreditar, como de resto seus filhos e o pessoal técnico-pedagógico das escolas, que o uso de SPA, por exemplo, pode ser caracterizado e definido de forma determinante a partir do tipo de relação que se estabelece no seio da família. A respeito de um bom relacionamento entre pais e filhos, declara um pai que *“Eu acredito que isso segura um pouco”*. (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 76), mesmo que ele pareça vislumbrar a advertência de Espinheira (2004) de ser a toxicomania complexa, com grande diversidade de possibilidades e motivos para seu uso, quando o mesmo pai afirma, que seu filho, mesmo com a atenção, *Ele pode um dia querer experimentar e ir na onda*. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 76).

Por outro lado, a escola também se coloca em uma posição de ataque, quando não antagônica, cobrando da família uma atuação que, na verdade, parece ser muito mais no sentido de “facilitar” o cotidiano escolar, do que de, em colaboração, contribuir para o crescimento dos adolescentes e jovens e para sua formação como cidadãos. A escola fala da família como se fossem duas instâncias alheias uma à outra. É, inclusive, como se este corpo técnico-pedagógico não tivesse também lar, família, filho.

Também é sem considerar o envolvimento de toda a sociedade na questão das SPAs, que a escola afirma, segundo uma professora: *“A gente sente, pelo que a gente conversa com eles, que não tem diálogo na família. A própria família, às vezes, não dá essa abertura. Eles não têm essa disponibilidade para sentar e conversar e dialogar com os filhos*. (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 79). Esquece, ou desconhece que a dinâmica relacional entre o sujeito, a droga e o contexto, a partir da qual se estabelece, na perspectiva de Olivenstein (1985) a drogadicção está ligada a experiências que vão além das relações familiares, elevando a toxicomania à condição de um sintoma dos tempos que vivemos, mais do que à de uma doença pessoal. (SCHENKER, 1997)

Quanto às SPAs ilícitas, cuja presença e influência, a considerar os dados estatísticos e as falas, não é tão significativa quanto querem fazer crer alguns setores de nossa vida pública e educacional, é importante perceber o alerta de Antônio Nery Filho, de que a incidência da relação do jovem com a SPA lícita seja maior, enquanto o foco de preocupações parece ser sempre dirigida para aquelas ilícitas.

Mais uma vez, constata-se, com especial ênfase por ser questão de implicações tão variadas, no que tange às SPAs, a distância que se estabelece entre o reducionismo do discurso do senso comum – expresso nas respostas dadas, tanto pela família quanto pela escola, às questões propostas – e a complexidade das reflexões dos especialistas. As substâncias psicoativas aparecem como um mal em si mesmo.

Fica patente que nem uma nem outra instância identifica a circunstância da dilatação do período adolescente, por conta da modernidade, do desemprego e da insegurança que complicam as transições generacionais, e o ser adulto. É também Kehl quem lembra que além das mudanças pessoais, apresenta-se para o adolescente a clássica contradição da necessidade de desafiar a Lei, ao tempo em que também necessita que a Lei se imponha.

Desconsiderando tal complexidade e os ambíguos sentidos dos vínculos familiares, a pesquisa mostra que pais tendem a se culpar ou a se considerarem onipotentes, podendo controlar de forma absoluta o contacto com a droga: *Para mim, droga só existe quando tem algum problema, problemas de pais, criação, família. Se isso funcionasse mais ou menos bem, dificilmente entrariam nas drogas. Sempre que existe uma abertura entre pais e filhos e conversas, dificilmente a droga entra...* (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 296)

Entretanto alguns têm a percepção desta complexidade da vida do jovem, suas questões, suas necessidades, como sugere a fala de um diretor de escola de Salvador, que enfatiza os problemas enfrentados no plano de garantia da sobrevivência por parte das famílias:

Há falta de tempo dos pais, falta de convívio. Pais que saem para trabalhar. E a falta de ligação que há entre um e outro. Antigamente, os pais não saíam para trabalhar. Sempre estavam ali juntos, com os filhos. Hoje, está todo mundo lutando pela vida. Às vezes, o pai trabalha à noite, a mãe trabalha de dia, o filho trabalha em um turno e estuda no outro. Então, há sempre um desencontro. (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 81)

O imaginário social, no que se refere às SPAs, como analisado, apresenta quatro modelações mais frequentes.

Em primeiro lugar, a dificuldade de se identificar as substâncias psicoativas lícitas – em particular o álcool – como drogas quando – a própria pesquisa demonstra – seu uso é muito mais disseminado que o das SPAs ilícitas, transformando as lícitas em grave problema de saúde pública. Quando, por exemplo, em 1988, constata-se que 86,2% dos estudantes de Salvador consomem álcool, na pesquisa que analisamos, uma diretora de escola também de Salvador assegura que *Um número considerável começou a utilizar com menos de 10 anos de idade* (in CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 112, 113), toda a discussão desenvolvida por Jacobina e Nery Filho (1999), os estudos desenvolvidos em 1995, por Nery Filho, Medina e Miranda ficam referendados.

No entanto, é emblemática a declaração de uma mãe: (...) *meu filho não usa maconha, não usa cocaína (...) a única coisa que ele faz é beber cerveja.* (in CASTRO E ABRAMOVAY, 2002 p. 115), bem como o fato de que ela não se convence de que a cerveja possa ser uma SPA. Outra face desta dificuldade é retratada pela fala abaixo, de um pai que, na verdade, não consegue estabelecer a relação bebida alcoólica – SPA e prefere “ensinar a beber”:

Em casa a gente eventualmente bebe, toma um vinho, toma um licor socialmente. Quando meu filho tinha oito anos, nós oferecemos para ele experimentar, não uma taça completa, só para saber o gosto que tem e se ele naturalmente não gostasse, não vai beber na rua e também para não procurar beber escondido. (in CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 p. 121)

A segunda associação do imaginário, discutida por Zinberg (1984) e Bucher (1995), diz respeito a considerar que o uso tem relação direta com a dependência, ou seja, não considerar que há uma variedade de tipos de usuários. Isto não aparece com destaque na pesquisa nas escolas, o que pode indicar uma tendência de fugir da importância de analisar múltiplos condicionantes e formas de relações entre jovens e SPAs. Note-se que na literatura acessada nos primeiros capítulos, não há relação direta e obrigatória entre uso e dependência como o imaginário supõe.

Uma terceira figura do imaginário sobre drogas é a associação entre SPA ilícita e a exclusão social e a marginalidade ou delinquência. É questão sobre a qual se debruça o sociólogo Gey Espinheira (1993), que a analisa considerando a relação entre os fatores sociais e os pessoais, o espaço e o tempo, as histórias de vida, enquanto, na pesquisa nas

escolas, adota-se uma posição simplista, na qual 85,8% dos jovens ouvidos consideram o uso de SPAs ilícitas como sinônimo de perigo, problema ou ameaça, ou seja, uma situação que indica a marginalização do usuário, quem sabe o medo de com ele conviver.

Por fim, outra associação construída importante e forte é entre as SPAs ilícitas, a improdutividade e, principalmente a violência. A este respeito, e por conta da dificuldade de se estabelecer, com fatos, esta relação, cabe recordar que: “Uma droga não é capaz de provocar um comportamento homicida. No máximo, a droga liberta um comportamento homicida. No máximo, a droga liberta uma tendência contida. Ela mostra aquilo que a pessoa tem como patrimônio psíquico” (XAVIER, 2002, p.97). Outro viés desta associação seria o fato de, por serem as substâncias ilegais, para serem adquiridas seria indispensável o estabelecimento de contatos, inclusive de confiabilidade, com traficantes, estes últimos marginais e potencialmente violentos.

Esta relação com o tráfico levaria a uma quinta associação, que, desprezando as razões de ordem econômica, política e social, se estabelece apenas com o consumo das SPAs, produzindo o discurso reducionista do qual o mais recente exemplo é o filme *Tropa de Elite*, cujo mérito maior talvez seja exatamente o fato de ter dado oportunidade a muitos debates, que podem levar a entender que

[...] as drogas, são, portanto, coisas e meios. A natureza e a qualidade das drogas e seus significados sociais no espírito de época são menos importantes do que as formas e os sentidos socioculturais e psicológicos do estar no mundo e de ser no mundo. Eis, portanto, os tempos e os espaços das drogas: os tempos e os espaços sociais e culturais da existência. (ESPINHEIRA, 2004, p.24).

Quanto a estas duas últimas associações, a pesquisa não consegue identificar se os entrevistados consideram as SPAs como produto ou como causa de violência. No entanto, o que efetivamente pesa é que a relação é estabelecida desta forma linear.

Como a insegurança parece geral, desvia-se o foco de ações educativas podendo ser mais “seguro” voltar o olhar para as SPAs, não como instrumentos, objetos, mas como se vida própria tivessem e assim, capacidade de receberem culpa. Absorvidos neste debate, pais, escola, família, cada um de per si, como se fossem entidades distintas, resta discutir o que propor aos jovens, às famílias e às substâncias psicoativas?

ANEXOS

Tabela 1.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR SEXO, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

POR SEXO		
Masculino	Feminino	Total
45,0	55,0	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 2.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

POR GRUPOS ETÁRIOS				
10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 18 anos	19 a 24 anos	Total
12,6	37,3	30,5	19,6	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 3.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

POR CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO		
Migraram de outras cidades	Nunca migraram	Total
14,8	85,2	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 4.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

TIPO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR						
Com pai ou padrasto e mãe ou madrasta e outros parentes	Com mãe ou madrasta ou só com pai ou padrasto	Com outros parentes (l)	Com companheiro(a) ou marido/mulher ou filhos	Com pessoas que não são pais nem parentes	Mora sozinho	Total
59,9	20,7	11,7	5,9	1,1	0,7	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 5.
ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÃO DE TRABALHO E ESTUDO, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

CONDIÇÃO DE TRABALHO E ESTUDO				
Trabalho fixo	Trabalho eventual	Desempregados	Só estudam	Total
14,5	8,9	3,4	73,1	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 6.
ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO CONTRIBUEM PARA O SUSTENTO DA FAMÍLIA, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

CONTRIBUEM PARA O SUSTENTO DA FAMÍLIA		
Contribuem	Não contribuem	Total
62,2	37,8	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 7.
ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIDADE PATERNA, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE PATERNA					
Não estudou	Até a 4ª série do ensino fundamental	Entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental	Ensino médio completo ou Incompleto	Ensino Superior ou incompleto	Total
9,4	19,1	23,9	32,8	14,8	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 8.
ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIDADE MATERNA, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE MATERNA					
Não estudou	Até a 4ª série do ensino fundamental	Entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental	Ensino médio completo ou Incompleto	Ensino Superior ou incompleto	Total
9,2	17,8	24,5	33,5	15,0	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência , Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 9.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO OPINIÃO SOBRE RELACIONAMENTO COM OS PAIS, NAS CAPITAIS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 2000%.

OPINIÃO DOS ALUNOS SOBRE RELACIONAMENTO COM OS PAIS	
OS PAIS PROIBEM AS COISAS	73,4
OS PAIS AJUDAM SEUS FILHOS QUANDO ESTES TÊM PROBLEMAS	68,1
OS PAIS SÃO AMIGOS E DÃO CARINHO	62,4
OS PAIS SABEM O QUE ACONTECE COM OS FILHOS	39,3
OS PAIS EXIGEM QUE OS FILHOS CUMPRAM REGRAS	25,0
OS PAIS DÃO TUDO O QUE OS FILHOS QUEREM	18,6
OS PAIS BRIGAM MUITO COM OS FILHOS SEM MOTIVO	11,0
OS PAIS GERMLMENTE DEIXAM OS FILHOS FAZER O QUE QUEREM	10,0
OS PAIS PROIBEM DEMAIS	7,8
OS PAIS NÃO DÃO VALOR, OPORTUNIDADES A SEUS FILHOS	5,9

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 10.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, NAS CAPITAIS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 2000 (%).

CAPITAIS	FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR ALUNOS			
	NUNCA BEBEM	SOMENTE EM FESTAS E OCASIÕES ESPECIAIS	REGULARMENTE	TOTAL
MANAUS	52,5	41,6	5,9	100,0
BELÉM	48,7	41,0	10,2	100,0
FORTALEZA	43,5	48,9	7,5	100,0
RECIFE	46,8	40,9	12,3	100,0
MACEIÓ	49,3	43,2	7,6	100,0
SALVADOR	34,8	51,7	13,5	100,0
VITÓRIA	54,1	37,1	8,8	100,0
RIO DE JANEIRO	47,0	42,0	11,0	100,0
SÃO PAULO	41,8	49,4	8,8	100,0
FLORIANÓPOLIS	36,2	50,7	13,1	100,0
PORTO ALEGRE	34,7	50,9	14,4	100,0
CUIABÁ	45,7	41,6	12,7	100,0
GOIÂNIA	54,8	36,3	8,9	100,0
DISTRITO FEDERAL	48,1	42,6	9,3	100,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 11.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, SEGUNDO SEXO, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS PELOS ALUNOS, SEGUNDO SEXO				
Sexo	Nunca bebem	Somente em festas e ocasiões sociais	Bebem Regularmente (I)	Total
Masculino	29,8	53,8	16,4	100,0
Feminino	39,0	50,2	10,8	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001. Foi perguntado aos alunos: *Com que frequência você bebe bebidas alcoólicas?* E cruzou-se com a variável sexo.

(I) É a soma das alternativas: todos os dias, quase todos os dias e todos os finais de semana.

Tabela 12.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR FAIXAS ETÁRIAS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR FAIXAS ETÁRIAS				
	10 a 12	13 a 15	16 a 18	19 e mais
Nunca bebem	68,2	37,6	26,3	21,3
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	28,7	55,6	56,7	51,7
Bebem Regularmente (I)	3,1	6,8	17,0	27
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001. Foi perguntado aos alunos: *Com que frequência você bebe bebidas alcoólicas?* E cruzou-se com a variável faixa etária.

Tabela 13.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO PERCEPÇÃO SOBRE O ÁLCOOL COMO DROGA, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

PERCEPÇÃO SOBRE O ÁLCOOL COMO DROGA	
Alunos	Pais
69,3	77,8

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 14.

PAIS DE ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, EM SALVADOR, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR PAIS DE ALUNOS				
Nunca bebem	Somente em festas e ocasiões sociais	De vez em quando	Regularmente	Total
31,7	19,7	36,3	12,3	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001. Foi perguntado aos pais de alunos: *Com que frequência você bebe bebidas alcoólicas (cerveja, batidas, uísque, vinho, pinga, etc.)*

Tabela 15.

PAIS DE ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, SEGUNDO SEXO, EM SALVADOR, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR PAIS DE ALUNOS, SEGUNDO SEXO				
Sexo dos Pais	Nunca bebem	Bebem somente em festas e ocasiões sociais	Bebem Regularmente (2)	Total
Masculino	16,7	60,3	23,0	100,0
Feminino	35,6	55,1	9,3	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001. Foi perguntado aos pais de alunos: *Com que frequência você bebe bebidas alcoólicas (cerveja, batidas, uísque, vinho, pinga, etc.)*

(2) É o Somatório das alternativas: todos os dias, quase todos dias e todos os inais de semana

Tabela 16.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO E PAIS, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO OPINIÃO SOBRE ATITUDES PERMISSIVAS EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

OPINIÃO SOBRE ATITUDES PERMISSIVAS					
Comércio vender bebida a menores		Pais deixarem jovens beber em casa		Permitir que jovens bebam em festas	
Alunos	Pais	Alunos	Pais	Alunos	Pais
10,8	2,7	20,3	11,5	34,8	10,5

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos e pais: Marque o que você acha correto. Esta tabela se refere às marcações positivas para - Comércio vender bebida a menores; Pais deixarem jovens beber em casa; Permitir que jovens bebam em festas.

Tabela 17.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARRO, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARRO POR ALUNOS			
Fumam diariamente	Fumam eventualmente	Não fumam	Total
1,7	6,4	91,9	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: *Você costuma fumar cigarro comum?*

Tabela 18.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARRO POR FAIXA ETÁRIA, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARRO POR FAIXA ETÁRIA				
	10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 18 anos	19 anos ou mais
Nunca fumam	98,1	94,3	89,4	88,5
Todos os dias	0,3	0,5	2,0	4,0
vezes	1,6	5,2	8,6	7,6

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 19.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARRO SEGUNDO SEXO, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARRO, SEGUNDO SEXO				
	Não usa	Diariamente	Às vezes	Total
Masculino	89,1	2,4	8,5	100,0
Feminino	94,4	0,9	4,7	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 20.
ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO E PAIS, DISTRIBUIÇÃO POR PERCEPÇÃO SOBRE O TABACO COMO DROGA, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E PAIS SOBRE O TABACO COMO DROGA		
Alunos	Corpo técnico-pedagógico (1)	Pais (2)
76,7	74,2	76,3

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001. Foi pedido aos alunos e pais: *Marque um X para: Entre as coisas abaixo, marque todas as que você considera droga: maconha; anfetamina; lança-perfume; calmante; deca; anabolizante; bebida alcoólica; merla; crack; xarope, cola/inalantes; cocaína/pó; cigarro comum.* Esta tabela se refere às marcações positivas para o cigarro comum enquanto droga.

Tabela 21.
PAIS DE ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARROS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE CIGARROS, POR PARTE DE PAIS DE ALUNOS				
SEXO	Não usa	Diariamente	Às vezes	Total
Masculino	82,0	11,8	6,2	100,0
Feminino	81,0	13,1	5,9	100,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 22.
ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO E PAIS, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO PERCEPÇÃO SOBRE PRODUTOS CONSIDERADOS DROGAS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E PAIS SOBRE PRODUTOS CONSIDERADOS DROGAS									
Cola/Inalantes		Lança-Perfume		Deca/Anabolizantes		Anfetaminas		Calmantes	
82,5	95,0	72	87,5	64,0	73,9	56,0	65,1	45,7	54,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 23.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR DROGAS QUE VIRAM SER CONSUMIDAS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

DROGAS QUE OS ALUNOS VIRAM SER CONSUMIDAS			
	Cola/Inalantes	Drogas lícitas (1)	Outras drogas (2)
Alunos	18,2	12,9	1,3

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

(1)álcool e tabaco

(2)LSD, ópio, haxixe, ecstasy, anabolizantes, calmantes anfetaminas, heroína e drogas injetáveis.

Tabela 24.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS POR ALUNOS			
Todos os dias/quase e todos os dias/ finais de semana	Experimentou, já usou e não usa mais	Nunca usou	Total
2,8	4,9	92,3	100,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 25.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS POR SEXO, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS POR ALUNOS, POR SEXO		
	SEXO	
	Masculino	Feminino
Usam com frequência	4,0	1,9
Já experimentaram	5,5	4,6
Nunca usaram	90,5	93,6
Total	100,0	100,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 26.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, SEGUNDO FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS POR SEXO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE MACONHA E COCAÍNA, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS POR ALUNOS, <u>POR SEXO</u> , SEGUNDO FREQUÊNCIA DE USO DE MACONHA E COCAÍNA				
	Maconha		Cocaína em pó	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Usam com frequência	4,5	0,6	2,3	0,3
Já experimentaram	4,7	1,6	2,0	0,5
Nunca usaram	90,8	97,8	95,7	99,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 27.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS SEGUNDO FAIXA ETÁRIAS EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS POR ALUNOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIAS	FAIXAS ETÁRIAS			
	10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 18 anos	19 a 24 anos
Usam com frequência	2,1	2,1	3,3	3,9
já experimentaram	4,2	6,9	4,4	3,0
Nunca usaram	93,7	91,0	92,4	93,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 28.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO POR DROGAS QUE ALUNOS JÁ VIRAM SER USADAS EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

DROGAS QUE ALUNOS JÁ VIRAM SER USADAS					
Maconha	Inalantes	Cocaína	Merla/Crack	Heroína/droga injetável	Outras
84,9	18,2	17,5	12,0	0,7	1,3

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

(1) É o somatório de: lsd, ópio, haxixe, ecstasy, anabolizantes, calmantes, anfetaminas.

Tabela 29.

PAIS DE ALUNOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, QUE SUSPEITAM OU SABEM QUE OS FILHOS USAM DROGAS, DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE DROGAS QUE JÁ VIRAM SER USADAS PELOS FILHOS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

DROGAS QUE PAIS SUSPEITAM OU SABEM SER USADAS PELOS FILHOS		
Maconha	Inalantes	Cocaína
87,9	42,4	15,2

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 30.

ALUNOS E PAIS, ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO POR "AJUDA A ESQUECER PROBLEMAS" COMO MOTIVO PARA O USO DE DROGAS, EM SALVADOR -BAHIA.

ALUNOS E PAIS SEGUNDO DISTRIBUIÇÃO POR "AJUDA A ESQUECER PROBLEMAS" COMO MOTIVO PARA O USO DE DROGAS	
Alunos	Pais
56,2	50,7

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos, corpo técnico-pedagógico e pais: *Na sua opinião, algumas pessoas usam drogas por que: é divertido; é arriscado; dá coragem. Impõe respeito, dá um barato; os amigos usam; é moda, dá destaque, se sentem mais adultos, maduros; ajuda a esquecer as coisas ruins, problemas (marque todas as que forem verdadeiras).*

Tabela 31.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR PRODUTOS QUE CONSIDERAM DROGAS, EM SALVADOR BAHIA, 2000 (%)

PRODUTOS QUE OS ALUNOS CONSIDERAM DROGAS					
Maconha	Cocaína pó	Crack	Merla	Cola/inalantes	Lança-perfume
93,2	93,5	91,3	55,3	82,5	72,0

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 32.

PAIS DE ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO, DISTRIBUIÇÃO POR PRODUTOS QUE CONSIDERAM DROGAS, EM SALVADOR BAHIA, 2000 (%)

PRODUTOS QUE PAIS DE ALUNOS CONSIDERAM DROGAS					
Maconha	Cocaína pó	Crack	Merla	Cola/inalantes	Lança-perfume
91,9	98,4	97,4	58,0	95,0	87,5

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 33.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO DISTRIBUIÇÃO POR OPINIÃO SOBRE USO DE DROGAS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%).

OPINIÃO DE ALUNOS SOBRE USO DE DROGAS			
Um problema Um perigo Uma ameaça	Uma doença	Uma coisa normal	TOTAL
85,9	11,4	2,7	100

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 34.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO DISTRIBUIÇÃO POR OPINIÃO SOBRE USO DE DROGAS ILÍCITAS, SEGUNDO FREQUÊNCIA DE CONSUMO EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%).

OPINIÃO DOS ALUNOS POR FREQUÊNCIA DE CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS				
Salvador	FREQUÊNCIA DE CONSUMO	Problema/ Perigo / Ameaça	Uma coisa normal	Uma doença
	USAM C/ FREQUÊNCIA	70,6	21,8	7,6
	JÁ EXPERIMENTARAM	81,3	10,0	8,8
	NUNCA USARAM	86,6	1,7	11,6

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 35.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO DISTRIBUIÇÃO POR OPINIÃO DE ALUNOS SOBRE JOVENS QUE USAM DROGAS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%).

OPINIÃO DE ALUNOS SOBRE JOVENS QUE USAM DROGAS (I)			
Uns caras legais que sabem das coisas	Uns otários, vão se dar mal	Pessoas com problemas, precisam de ajuda	Não são diferentes dos outros jovens
5,9	54,4	71,9	19,8

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001. Foi perguntado aos alunos: *na sua opinião, os jovens que usam drogas são: uns caras legais, que sabem das coisas; uns otários, vão se dar mal; pessoas com problemas, precisam de ajuda; não são diferentes dos outros jovens.* (marque todas as que forem verdadeiras)

Tabela 36.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO EM SITUAÇÃO DE DESENTENDIMENTO COM OS PAIS, DISTRIBUIÇÃO POR OCORRÊNCIA DE DIÁLOGO OU VIOLÊNCIA POR PARTE DOS PAIS, SEGUNDO FREQUÊNCIA DE USO DE DROGAS ILÍCITAS, EM SALVADOR-BAHIA, 2000 (%)

OPINIÃO DOS ALUNOS SOBRE USO DE DROGAS					
	Frequência de uso	Diálogo com os pais		Violência dos pais	
		Sim	Não	Sim	Não
Salvador	USAM C/ FREQUÊNCIA	1,8	4,0	3,3	2,7
	JÁ EXPERIMENTARAM	5,2	4,5	6,8	4,8
	NUNCA USARAM	92,9	91,4	89,9	92,5

Fonte: UNESCO, pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Tabela 37.

ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIE) E MÉDIO E PAIS QUE PRESENCIARAM O USO DE DROGAS PERTO DA ESCOLA, EM SALVADOR -BAHIA.

ALUNOS E PAIS QUE PRESENCIARAM O USO DE DROGAS PERTO DA ESCOLA	
Alunos	Pais
29,7	23,1

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: *Você já viu alguém usando drogas dentro da escola, em festas, boates, perto da escola em shows; perto de sua casa; em outro lugar?* (marque todas que forem verdadeiras)

Foi perguntado aos pais: *Você já viu alguém usando drogas dentro da escola de seu filho*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, N.; SANTANA, V. *Consumo de Drogas entre Escolares em Salvador-Ba.* Salvador, 1988a. (Relatório Final de Pesquisa)

_____. *Prevalência do Consumo de Drogas entre Escolares da Região Cacaueira da Bahia.* Salvador, 1988b. (Relatório Final de Pesquisa)

AQUINO, M.T.C. A Mulher e a Droga: motivação para o uso, efeitos diferenciados, tratamento e possibilidades de prevenção. In *Toxicomanias: Abordagem Multidisciplinar*. Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997.

ARANHA, M.L.A., MARTINS, M.H.P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

BALBUENA, M.R O Carniceiro e o Poeta. In *A Vocação do Êxtase: Uma Antologia sobre o Homem e suas Drogas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.

BAPTISTA, M. & INEM, C. (Orgs.). *Toxicomanias: Abordagem Multidisciplinar*. Rio de Janeiro: NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997.

_____. CRUZ, M.S.; MATIAS, R. *Drogas e Pós-Modernidade: Prazer, Sofrimento e Tabu*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

_____. *Drogas e Pós-Modernidade: Face de um Tema Proscrito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

BARBIER, R. *Sobre o Imaginário*. Em Aberto. Brasília V.14, n. 61 jan/mar. 1994.

BIRMAN, J. *Toxicomanias: Uma Abordagem Clínica. Introdução*. Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997 p.14.

BOA SORTE, N.F. *O Imaginário do Adolescente Sobre o Consumo de Álcool e o Processo de Construção da Identidade*. UFBA, Salvador, 1998.

BOURDIEU, P. *Ofício de Sociólogo: Metodologia da Pesquisa na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Dionísios Desencantados. In *Drogas: Uma Visão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BUCHER, R. Psicopatologia da Toxicomania e Vivência do Toxicômano. In *Revista Brasileira de Saúde Mental*. Ano 2, Nº. 2 e 3, Março/Octubre, 1988.: "Drogas na Sociedade". In *Drogas, Aids e Sociedade*. Brasília: CDIC, 1995, p. 38-46.

_____. A Situação da Drogas no Brasil. In *Prevenindo contra as Drogas e DST/AIDS*. Brasília: CDIC, 1995, p.8-16.

_____. *Drogas e Drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CALDEIRA, Z.F. *Drogas, Indivíduo e família: Um Estudo de Relações Singulares*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1999.

CARLINI-COTRIM, B. A Mídia na fabricação do Pânico de Drogas: Um estudo no Brasil. In *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: Cebela, v.1, n.2, 1995 p. 217-230.

CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Os Destinos do Totalitarismo e Outros Escritos*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CASTRO, M.G; ABRAMOVAY, M. *Drogas nas Escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.

CERTEAU, M. de *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, M.S. *Abstinência de Cocaína: Um estudo de características psicopatológicas em dependentes que procuram tratamento*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

EWALD, A.P. O Real e o Irreal no Desvio da Razão – Imaginário e Fenomenologia Existencialista. *Cadernos de Psicologia*, Instituto de Psicologia da UERJ, n 6, 1996 p. 27-38.

ESPINHEIRA, C.G.A. A Complexidade do Homem: Liberdade e Dependência. In *Drogas, Aids e Sociedade*, Brasília: CDIC, 1995.

_____. *Aspectos Sócio-Antropológicos do Consumo de Álcool: os Estados Alterados de Consciência e o Trânsito*. Palestra proferida na XX Reunião Brasileira de Antropologia: Salvador, 14 - 18 de Abril de 1996.

_____. Os Tempos e os Espaços das Drogas. In NERY FILHO, A; TAVARES, L.A.; ALMEIDA, A.R.B. et al – *Drogas: Tempos, Lugares e Olhares Sobre seu Consumo*. Salvador: Edufba; Cetad/Ufba, 2004.

FIGLIARELLI, M. *Uso de 'Drogas': Controvérsias Médicas e Debate Público*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

FREITAS, L.A.P. *Adolescência, Família e Drogas: A Função Paterna e a Questão dos Limites*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GARCIA, S.I., *Implicações Psicossociais do Uso de Drogas: Uma História de Perdas e Danos*. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1996.

GUATTARI F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HARVEY, D. *Condição Pós- Moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

JACOBINA, R.R.; NERY FILHO, A. *Conversando sobre Drogas*. Salvador: EDUFBA, 1999.

JAMERSON, F. *Modernidade Singular: Ensaio Sobre a Ontologia do Presente*. Tradução Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KALINA, E. & KOVADLOFF, S. *Drogadição: Indivíduo, Família e Sociedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

KEHL, M.R. A Juventude Como Sintoma da Cultura. In NOVAES, R e VANNUCHI, P. (ORG.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004a.

KELLNER, D. Popular Culture and the Construction of Posmodern Identities. In LASH, S.; FRIEDMAN, J. *Modernity and Identity*, Oxford: Blackwell, 1992.

LIMA, E. Existe um paradigma epidemiológico para o fenômeno da drogadicção? In *Toxicomanias: Uma Abordagem Multidisciplinar*. Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997: 92.

MC ROBBIE, A. Pós-Marxismo e Estudos Culturais. In SILVA, T.T. (ORG.) *Alienígenas na Sala de Aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAFFESOLI, M. Os imaginários do Social. *Revista Psicologia e Práticas Sociais*. Instituto de Psicologia da UERJ, v.1, n.3, 1993.

MEDINA, M.G.; AQUINO, R.; SOLLA, J.J.S.P.; et al. *Uso de Substâncias entre Universitários do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia – 1994*. Salvador, 1994 (Relatório de Pesquisa)

_____; SOLLA, J.J.S.P.; AQUINO, R.; NERY-FILHO, A. *Estudo do Padrão de Consumo das Substâncias Psicoativas (SPAs) e do Nível de Informação da Comunidade Escolar do SESI com Relação à Prevenção de AIDS e do Abuso de Drogas*. Salvador, 1995 (Relatório Final de Pesquisa)

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

MEDINA, M.G.; SANTOS, D.N.; ALMEIDA-FILHO, N. Epidemiologia do Consumo de Substâncias Psicoativas. In *Entre Riscos e Danos : Uma Nova Estratégia de Atenção ao Uso de Drogas*. ACODESS- MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002.

MORAES, D. de *O Imaginário Vigiado: a Imprensa Comunista e o Realismo Socialista no Brasil (1947 – 53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NERY FILHO, A. Preconceitos e Conceitos sobre Drogas. In *Drogas, Aids e Sociedade*. Brasília: CDIC, 1995.

_____; TAVARES, L.A.; ALMEIDA, A.R.B. ET AL – *Drogas: Tempos, Lugares e Olhares Sobre Seu Consumo* – Salvador: Edufba; Cetad/Ufba, 2004.

NERY FILHO, A.; MEDINA, M.G.; MIRANDA, M.B.S. Álcool: Contramão da direção. *Relatório de Pesquisa*. Salvador, 1995.

OLIVENSTEIN, C. *Os Cuidados aos Toxicômanos. Uma Ética para uma Psicoterapia Perversa*. UERJ, 1989 (Tradução Ana Sachetti -mímeo).

_____. Toxicomania: Exclusão e Marginalidade. In *Toxicomanias: Abordagem Multidisciplinar*. Rio de Janeiro, NEP AD/UERJ : Sette Letras, 1997.

ORLANDI, E.P. *As Formas do Silêncio: no Movimento dos Sentidos*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

ORTIZ, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEÑA-ALFARO, A.A. *Alcoolismo: os Seguidores de Baco*. São Paulo: Mercuryo, 1993.

SANCHEZ, A.M.T. (Org.). *Drogas e Drogados: o Indivíduo, a Família, a Sociedade*. São Paulo: EPU, 1982.

SARTI, C.A. Algumas Questões sobre Família e Políticas Sociais. In JACQUET, C.; COSTA, L.F. (ORG.) *Família em Mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

_____. O Jovem na Família: o Outro Necessário. In NOVAES, R e VANNUCHI, P. (ORG.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004b.

_____. *A Família como Espelho*. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHENKER, M. Droga, Indivíduo, Família e Sociedade: Paradigma Sistemico. In *Toxicomanias: Uma Abordagem Clínica*. Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997.

SOARES, L.E. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. In NOVAES, R e VANNUCHI, P. (ORG.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004b.

TRAD, S. Mídia e Drogas: Confrontando Texto e Contexto da Publicidade Comercial e de Prevenção. In NERY FILHO, A; TAVARES, L.A.; ALMEIDA, A.R.B. ET AL – *Drogas: Tempos, Lugares e Olhares Sobre Seu Consumo* – Salvador: Edufba; Cetad/Ufba, 2004.

VELHO, G. A Dimensão Cultural e Política dos Mundos das Drogas. In ZALUAR, A.(Org.) *Drogas e Cidadania: Repressão e Redução de Riscos*. São Paulo: Brasiliense,1994.

_____. Drogas, Níveis de Realidade e Diversidade Cultural. In RIBEIRO,M.M., SEIBEL,S.D. *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.

_____; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, F.G.V., 1996.

WAGNER, W. Descrição, Explicação e Método na Pesquisa das Representações Sociais. In GUARESCHI, P., JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em Representações Sociais*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

WINNICOT, D. W. *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.